

ATA DA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 07-6-2023.

Aos sete dias do mês de junho do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovanni Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Jessé Sangalli, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Airto Ferronato, Engº Comassetto, Idenir Cecchim, Jonas Reis, Karen Santos, Lourdes Sprenger e Márcio Bins Ely. À MESA, foram encaminhados: o Projeto de Lei do Legislativo nº 156/23 (Processo nº 0314/23), de autoria de Mari Pimentel e Tiago Albrecht; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 189, 329 e 333/23 (Processos nºs 0368, 0562 e 0566/23, respectivamente), de autoria de Cláudia Araújo; o Projeto de Lei do Legislativo nº 204/23 (Processo nº 0399/23), de autoria de José Freitas; o Projeto de Lei do legislativo nº 250/23 (processo nº 0459/23), de autoria de Biga Pereira; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 293, 316 e 317/23 (Processos nºs 0513, 0536 e 0539/23, respectivamente), de autoria de Alexandre Bobadra; o Projeto de Lei do Legislativo nº 319/23 (Processo nº 0542/23), de autoria de Airto Ferronato; o Projeto de Lei do legislativo nº 322/23 (Processo nº 0551/23), de autoria de Gilson Padeiro; os Projetos de Lei do Legislativo nºs 327, 328 e 331/23 (Processos nºs 0560, 0561 e 0564/23, respectivamente), de autoria de Psicóloga Tanise Sabino; os Projetos de Resolução nºs 046, 047 e 048/23 (Processos nºs 0538, 0545 e 0546/23, respectivamente), de autoria de Fernanda Barth; e o Projeto de Resolução nº 049/23 (Processo nº 0556/23), de autoria de Alvoni Medina. Também, foi encaminhado Ofício do Prefeito, nº 1819/23, encaminhando o Projeto de Lei do Executivo nº 013/23 (Processo nº 0571/23). Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Fernanda Barth. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e trinta e três minutos às quatorze horas e trinta e seis minutos. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Roberto Robaina, Pedro Ruas, Jonas Reis, Moisés Maluco do Bem, Alexandre Bobadra, Cassiá Carpes, Giovanni Culau e Coletivo e Comandante Nádia. Às quinze horas e trinta e oito minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a Ordem do Dia. Em Votação, foi aprovado o Requerimento nº 101/23 (Processo nº 0540/23). Em Discussão Geral e Votação, foi apreciado o Projeto de Lei do Legislativo nº 204/21 (Processo nº 0535/21), discutido por Jessé Sangalli, Giovanni Culau e Coletivo, Comandante Nádia, Fernanda

Barth, Tiago Albrecht, Prof. Alex Fraga Jonas Reis, Alexandre Bobadra, Conselheiro Marcelo, Karen Santos e Mônica Leal e encaminhado à votação por Tiago Albrecht, Giovani Culau e Coletivo, Airto Ferronato e Comandante Nádia, Engº Comassetto e Prof. Alex Fraga. Foi apregoada a Emenda nº 03, de autoria de Mari Pimentel, Tiago Albrecht e Mônica Leal, ao Projeto de Lei do Legislativo nº 204/21, bem como aprovado Requerimento, solicitando a dispensa do envio da Emenda nº 03 às Comissões Permanentes. Os trabalhos foram suspensos das dezesseis horas e trinta e seis minutos às dezesseis horas e trinta e oito minutos. Foi rejeitada a Emenda nº 01 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 204/21, por treze votos SIM e vinte e um votos NÃO, em votação nominal solicitada por Mari Pimentel, Comandante Nádia e Jessé Sangalli, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Claudio Janta, Engº Comassetto, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, João Bosco Vaz, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina, e votado Não Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Foi aprovada a Emenda nº 02 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 204/21. Foi aprovada a Emenda nº 03 aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 204/21. Na oportunidade, Jessé Sangalli registrou sua intenção em ter votado contrariamente à Emenda nº 02, aposta ao Projeto de Lei do Legislativo nº 204/21. Foi aprovado o Projeto de Lei do Legislativo nº 204/21, por trinta e um votos SIM e dois votos NÃO, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Alvoni Medina, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Hamilton Sossmeier, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Moisés Maluco do Bem, Márcio Bins Ely, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht, e votado NÃO Karen Santos e Prof. Alex Fraga. Às dezessete horas e quinze minutos, constatada a inexistência de quórum, em verificação solicitada por Mari Pimentel, foi encerrada a Ordem do dia. Em PAUTA, Discussão Preliminar, estiveram: em 1ª sessão, o Projeto de Lei Complementar do Legislativo nº 006/23, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 238 e 519/21 e 044, 188, 196, 209, 210, 217, 221, 226, 228, 229, 230, 231, 232, 241, 243, 249, 256, 257, 269, 273, 274, e 287/23; e, em 2ª sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 424/22 e 176/23. Na oportunidade, Jonas Reis, Moisés Maluco do Bem, Tiago Albrecht, Cassiá Carpes e Claudio Janta discutiram a Pauta. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Márcio Bins Ely. Às dezessete horas e quarenta e cinco minutos, nada mais havendo a tratar, o Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima sessão ordinária. Os trabalhos foram presididos por João Bosco Vaz, Hamilton Sossmeier e Moisés Maluco do Bem. Do que foi lavrada a presente ata, que será

submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde a todos. Registro a presença do Ver. Enio Roberto Oliveira Bastos, do município de Alegrete; seja muito bem-vindo a esta Casa.

A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PODE): Caros colegas e todos aqueles que nos assistem, são muitos assuntos relevantes hoje para gente tratar nesta quarta-feira, véspera do feriado de Corpus Christi, mas um dos que quero me ater é uma pauta extremamente produtiva e relevante para cidade de Porto Alegre, que é sobre os temas que eu gostaria de tratar e que serão abordados dentro da Frente Parlamentar da Orla, em que eu terei vários colegas da Câmara de Vereadores inseridos em grupos de trabalho. Nós vamos começar tratando, no dia 27 de junho, às 16 horas, é uma terça-feira, sobre Economia Azul, que é tudo aquilo que envolve a água e a beira da água. Economia Azul: quais são os gargalos para que isso se desenvolva em Porto Alegre; o que a gente precisa; quais são as potencialidades; onde a gente consegue visualizar a possibilidade de geração de emprego, renda, novos negócios, novos parceiros. Outra das reuniões que nós temos em vista é uma reunião aprofundada sobre a questão das hidrovias, dos acessos secundários da hidrovia principal, que é responsabilidade do Estado, em direção à orla. Nós vamos ter uma reunião apenas sobre a questão dos esportes náuticos, equipamentos públicos e privados na beira da praia, na orla, em quais bairros poderíamos ter. A mesma coisa em relação aos píeres: a questão da legislação; a questão do que poderia ou não poderia ser operado em cada um dos lugares; quem são os potenciais parceiros de cada área; onde é que estão as demandas; ouvir a sociedade em relação às necessidades; quais são os bairros; ouvir as pessoas dentro dos bairros onde existe orla e capacidade para desenvolvimento, geração de emprego, renda, novos negócios, inovação. Uma cidade toda virada para uma nova economia, que Porto Alegre esteve negligenciando por tanto tempo e agora nós vivemos um novo momento. Também em relação a isso, uma das pautas que nós vamos abordar, e nós estivemos em reunião com o corpo técnico da Famurs, que tem um grupo de trabalho sobre essa área da questão da Economia Azul; nós estivermos em reunião com o pessoal ligado ao Comitê do Lago Guaíba, todos os trabalhos que eles já têm, há muito tempo vêm desenvolvendo, em relação a todos os municípios que estão na orla da bacia do Lago Guaíba. E a gente tem que fazer uma troca muito produtiva e positiva de informações e projetos com os demais municípios da região do Guaíba, que a gente possa conversar com Barra do Ribeiro, com Eldorado, com Guaíba, com Triunfo, General Câmara, que a gente possa ouvir o pessoal de São Jerônimo e até aprofundar conversa com outros municípios que têm orla e têm projetos que deram certo e têm projetos nos legislativos e nos executivos, que a gente pode trazer para cá. Nós não precisamos inventar a roda; a gente precisa trocar ideias, incentivar e investir. Ontem nós tivemos uma reunião muito boa na SMAMUS, com o secretário Germano, a

respeito dos próximos passos que Porto Alegre vai dar em direção à questão da colocação ou não, em determinados pontos, das marinas públicas. O trabalho técnico que vem sendo feito, a análise e a necessidade de termos projetos de qualidade, parceiros de qualidade, enfim, é todo um novo ramo que se abre em Porto Alegre. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

Vereador Marcelo Sgarbossa (sem partido): Presidente Hamilton, demais colegas, vereadores e vereadoras, com muita honra e satisfação, acabamos de ser recebidos no gabinete da presidência e junto conosco estavam além do... Primeiro, quero fazer uma homenagem ao Ver. Bosco, que fez essa homenagem ao Fortunati, que está ali ao lado do ex-prefeito de Napoli, Sr. Luigi de Magistris, prefeito de Napoli durante 11 anos, que acabou de ser recebido por V. Exa.; junto com ele acompanha a professora Sra. Alessia Mangliacane e o Sr. Domenico Annunziata, conhecido como “Mimo” por todos, que é um jornalista italiano, há muito tempo acompanhando o ex-prefeito de Napoli, o Luigi. Então, convido o Luigi, a Alessia e Domenico a chegarem aqui para gente fazer uma homenagem. Fortunati, por favor, aqui. O Ver. Comassetto é o meu mestre de cerimônias; obrigado, Comassetto. Então, eu queria fazer esse agradecimento e, quem sabe no futuro, termos trocas de experiências e parcerias com Napoli nas suas experiências exitosas, seja no recolhimento de resíduos, seja na discussão sobre a questão da água pública ou privada, que não quero abrir posição. Quero também agradecer a presença do Adinaldo, aqui do DMAE, que acompanhou essa visita. Então, quero lhe agradecer e fazer essa referência aos nossos convidados diretamente da Itália.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): *Sii benvenuto!* Sejam bem-vindos! É uma honra, não é sempre que a gente recebe.

Suspendem-se os trabalhos para as despedidas e para o registro fotográfico.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h33min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (14h36min) Estão reabertos os trabalhos. Registro a presença do pastor Pablo, filho do meu amigo pastor Bernardo Rios, do município de Uruguaiana/RS, que nos honra com sua presença.

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste na TVCâmara; confesso que eu estava esperando a liderança do governo usar a palavra, o líder do governo não está no plenário, mas imagino que esteja nos assistindo, aliás, eu estou esperando, assim como a sociedade porto-alegrense está esperando, que o prefeito Melo use a palavra para explicar o escândalo de corrupção – esse é o nome, não é só má gestão. Nós não estamos falando só de uma obviedade, de que não existiu planejamento do ponto de vista da utilização da

tecnologia nas escolas aqui de Porto Alegre, nós estamos dizendo que houve algum planejamento para que tantos recursos tenham sido usados, tenham sido gastos, e as escolas de Porto Alegre não tenham recebido sequer os materiais adquiridos. Não é pouca coisa. A Ver.^a Mari utilizou a tribuna, fez uma denúncia, e o líder do governo, ao invés de escutar atentamente a denúncia, tentou intimidar a Ver.^a Mari Pimentel, que é presidente da Comissão de Economia e Finanças, uma comissão que já tem investigado esse problema há meses, problema que hoje veio à luz, na verdade, ontem, com as denúncias do GDI – Grupo de Investigação da RBS. Um trabalho de investigação que a jornalista Rosane de Oliveira definiu como escândalo, feito pela Adriana Irion e Carlos Rollsing, um trabalho seriíssimo, que mostrou um nível de desperdício absurdo na Prefeitura de Porto Alegre, na Secretaria de Educação. O Prof. Alex já havia também investigado, visto o absurdo que estava ocorrendo. Nós tivemos uma situação em que 515 mil livros foram comprados para uma rede de ensino que não passa de 40 mil alunos e sequer esses alunos receberam os livros comprados e o governo não fala nada! O prefeito não fala nada! Colocou a secretária de Educação para fazer o papelão de atacar as diretoras de escola, como se as falcatuas fossem de responsabilidade das direções das escolas, o que é uma calúnia que essa secretária fez e que hoje o líder do governo repetiu num programa de rádio, comigo. É uma vergonha! Não se trata aqui de um tema ideológico, trata-se de desrespeitar as leis, de descumprir as leis; trata-se, muito provavelmente, de esquemas de corrupção, que nós, com uma Comissão Parlamentar de Inquérito, com uma ação policial, assim espero, consigamos descobrir quem tem ganhado dinheiro com esse esquema, porque alguém ganhou, e não foram os alunos, não foram os professores e diretores de escola, mas alguém ganhou. Chegou-me a informação, e a Ver.^a Mari falou na tribuna, que até uma cartomante, uma laranja utilizada nesse esquema, recebeu R\$ 2 milhões. E eu ainda não vi a indignação desta Câmara em relação a isso, estava até surpreso com o início da sessão, calmo, tranquilo, com homenagens merecidas ao prefeito de Nápoles. Aqui em Porto Alegre está ocorrendo um escândalo e a Câmara de Vereadores tem que se pronunciar. E o líder do governo, ontem, cometeu algo inacreditável, achando que é inteligente: recolheu as assinaturas para uma Comissão Parlamentar de Inquérito, cujo requerimento diz, Ver.^a Mônica, “requerimento do governo”. E o primeiro que faz o recolhimento de assinaturas, que tem, portanto, a prerrogativa de ser o presidente da Comissão Parlamentar de Inquérito, é o próprio Ver. Idenir Cecchim, que seria o equivalente a colocar uma raposa para cuidar do galinheiro, em relação a esse tema. Essa é a verdade, uma raposa cuidando do galinheiro, mas não vai passar essa manobra, porque nós conseguimos as 12 assinaturas, que é um direito de minoria, para que nós tenhamos, sim, uma Comissão Parlamentar de Inquérito verdadeira; aliás, se funcionar duas comissões nesta Casa, por mais que o governo tente abafar as investigações, vamos atuar nas duas, vamos estar presentes nas duas, demonstrando as falcatuas que ocorreram na Secretaria de Educação. E não vai adiantar tentar intimidar vereadoras ou vereadores, por que nós não somos de nos deixar intimidar com ameaça nenhuma. Então, aqui, a partir das denúncias da Comissão de Economia, Finanças, Orçamento e do Mercosul, a partir da investigação de um jornalismo que investigou, nós

vamos jogar luz nesses esquemas de corrupção. Isso é muito importante. Eu estou esperando o líder do governo usar a tribuna para dar suas explicações; aliás, não sei, Ver. Pedro Ruas, se o prefeito Melo já deu a explicação. O prefeito Melo adora vir até a Câmara, adora discursar na Câmara, volta e meia vem até a Câmara quando não tem o que ser explicado; agora tem que se explicar, agora que o prefeito tem que vir até a Câmara, tem que vir botar a cara, não adianta terceirizar para secretária. Eu, sinceramente, não acredito que isso tenha sido pensado apenas na Secretaria de Educação. Não acredito! Por mais que essa secretária tenha vindo lá do governo Jairo Jorge, que teve uma série de denúncias – inclusive denúncias graves de corrupção em Canoas, e essa secretária estava envolvida lá no governo de Canoas, não sei o nível de envolvimento, mas era de lá, foi uma secretária que começou a aplicar os planos do Jair Bolsonaro, escola militar, aí veio para Porto Alegre com grande alarde, demonstração de competência –, eu não acho que seja da competência exclusiva dessa secretária esse esquema de corrupção. E não vai adiantar tentar colocar apenas a secretária, porque é o núcleo do governo quem tem que se explicar. Educação é uma prioridade, e quando nós estamos falando de cerca de R\$ 100 milhões de recursos públicos desviados da sua finalidade, nós não estamos falando de um recurso pequeno, nós estamos falando, sim, de um grande escândalo, e o governo necessita dar explicação para a sociedade, e nós vamos cobrar essa explicação, vamos conclamar os professores, os servidores a se mobilizarem, a defenderem os seus direitos e a defenderem o serviço público. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Pedro Ruas está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Hamilton Sossmeier, que preside a Casa e a sessão; vereadoras e vereadores; público que nos dá a honra da presença no dia de hoje, pela TVCâmara e aqui; hoje, os jornalistas Adriana Irion e Carlos Rollsing apresentam, na Zero Hora, Ver. Roberto Robaina, Ver. Oliboni, Ver.^a Mônica Leal – que conhece bem a área –, vereadoras, vereadores, um trabalho extenso e, no meu ponto de vista, extraordinário. Eu conheço, nós conhecemos, Robaina, a Adriana Irion e o Carlos Rollsing, são muito competentes, são grandes jornalistas; mas o que eles mostram aqui é um escândalo, é um escândalo! Nós temos R\$ 36 milhões gastos somente com duas empresas, a Inca e a Sudu; só com essas duas empresas foram R\$ 36 milhões em livros. Tem material eletrônico, material de informática de última geração, os chamados mininotebooks, mais R\$ 14 milhões, tudo sem licitação! O que seria isso, Ver. Comassetto, notório saber? Como aconteceu isso? E nós sabemos, vereadores e vereadoras, que há escolas municipais – eu denunciei aqui no ano passado, vereadores e vereadoras aqui denunciaram isso também – onde a merenda é uma banana, ou é uma laranja, ou é uma bergamota, e essa fábula de dinheiro aqui gasto! Mas é um escândalo, é uma vergonha para a Câmara, não se dão conta que é uma vergonha também para a Câmara! “Ah, a Câmara não participou”, mas é uma vergonha! É uma vergonha porque

é a mesma Prefeitura, é o Executivo e o Legislativo, e o Legislativo está louco para silenciar, está com uma vontade danada de silenciar. Se a gente não fizer muita força, o Legislativo vai silenciar, vai tentar esconder, vai tentar deixar assim. Nós não vamos deixar assim. São muitos e muitos milhões de reais. Leiam a matéria, página 18, são duas páginas, Ver.^a Mari Pimentel, que tem um trabalho brilhante nesse assunto, como já foi destacado pelo Robaina aqui. E não é apenas o material estocado e não entregue. Esta é uma parte gravíssima – gravíssima! –, mas há também a parte do material que não apareceu. Uma parte do material estocado e não entregue, e há uma parte que não apareceu. Onde é que está a parte que não apareceu? Será que foi comprada? Foi paga, Ver. Alex, foi paga pelo Município, mas onde é que está o material, os livros, os Chromebooks – eu não sei dizer o nome disso, é uma tecnologia sem utilização, se chama de Chromebooks, sem uso. Alguns estocados, jogados ali com fezes de pombas, com água da chuva, com areia e com lixo. Alguns ali, e os outros que não apareceram. “Ah, tem uma pequena parte dos alunos que tem”, em algumas escolas tem, sim, mas isso é um escândalo da SMED, mas não é da SMED, secretária, isso é um escândalo do centro do governo. Aliás, quem disse que isso ocorre apenas na educação? Quem disse? É que aqui foi descoberto, aqui foi denunciado, aqui foi mostrado, houve um trabalho investigativo gigantesco, denúncia de toda ordem. Aliás, isso aqui ocorre em boa parte do Estado do Rio Grande do Sul, e Porto Alegre não é exceção, talvez seja a pior de todas, pelos valores naturalmente envolvidos. Por quê? Porque tem mais dinheiro. Mas eu não sei até onde vai isso. Isso começa na educação e para onde?

Então, concluo aqui, Sr. Presidente, para nós, vereadoras, vereadores responsáveis que têm amor pela cidade, que sabem o que é o dinheiro público, que ouviram aqui o discurso que não pode dar isenção, é dinheiro público – a isenção do ônibus – não pode estudante; é o dinheiro público; não tem dinheiro para botar banheiros nas escolas, é o dinheiro público! Está aqui o dinheiro público, está aqui, jogado no lixo, guardado lá com fezes de pombas e uma parte do material comprado que nunca aparece. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão e que sabe muito bem que as aves de rapina sempre sobrevoam os cenários da política. As aves de rapina têm uma flora intestinal preparada para digerir qualquer coisa, elas ficam lá espreitando quando tem algo possível para elas se alimentarem, elas vão lá e se alimentam e se jactam e continuam sobrevoando o cenário. Eu falo isso por quê? Na Escola José Loureiro da Silva, sabem por que que a caixa d'água foi interdita? Porque tinha um urubu em cima da caixa d'água se alimentando dos pombos mortos, e muitas pessoas ficaram doentes. Trago aqui esses elementos interessantes para a gente pensar como é a gestão do governo Melo, há muito tempo. Há muitas aves de rapina sobrevoando

Porto Alegre, mas eu quero agradecer ao jornal Zero Hora por investigar, agora em junho de 2022, algo que este vereador denunciou em 29 de agosto, reiterou em 31 de outubro do ano passado, e agradeço ao Tribunal de Contas porque fiz uma representação no dia 12 de dezembro sobre este mesmo tema, também no dia 11 de janeiro e reiterei também ações no dia 8 de fevereiro, no dia 2 de maio. Quero agradecer os esforços do jornal Zero Hora, dos espaços de poder, como o Tribunal de Contas. Há muito tempo o Ver. Jonas, membro da Comissão de Educação, vem denunciando que deveriam existir investigações lá. Ainda bem que chega um momento que as coisas começam a fluir e é por isso que a teleologia nos explica. Nós temos que entender, vereadores, os objetivos, os fins. Que fins são esses que justificam quaisquer meios? Quem são essas empresas? Quem são esses que assinam os contratos? Quem são, Ver. Pablo Melo, o senhor que é do MDB? Quem são, Ver. Cecchim? O senhor que foi lá ontem, na Comissão de Educação, que nunca tinha aparecido lá, foi lá bater palma para a secretária de Educação. Faltam 16 professores na Escola Vereador Carlos Pessoa de Brum, e eu nunca vi o senhor ir na Comissão de Educação nos ajudar a botar professor nas escolas. Agora, quando a batata quente cai na mão, apareceram. Tinha mais vereador na Comissão de Educação do que segunda-feira, aqui no plenário, porque, na hora da CPI, sumiu todo o mundo, se esconderam. Talvez até tivesse vereador dentro de gaveta! É, porque eu procurei em tudo que é canto e não achava os vereadores aqui. Agora, na Comissão de Educação, estavam todos lá: estava o Cecchim, estava o Pablo; até o Cassiá apareceu lá! Eu queria entender: se vocês são tão entendidos da educação, por que vocês não fizeram o papel de vocês, de fiscalizar, que eu estou fazendo desde agosto do ano passado, sobre o dinheiro da educação, meus queridos? E vocês sabem que eu tenho um carinho enorme por vocês, mas vocês chegaram na Comissão de Educação, com um extintor, pegando fogo, tentando amenizar. O mais engraçado foi a vice-líder do governo, a vereadora, chegou lá, falou dois minutos e saiu. Só elogiou a secretária de Educação, quando, no dia, tinha três matérias no jornal contra a secretaria, e ela vai lá e elogia a secretária de Educação. Não entendi nada.

Eu quero também agradecer ao nosso Brasil, por isso eu trago este símbolo: tchau, tchau, Dallagnol. Quatro milhões de empregos perdemos com a tal Lava Jato, paralisou a construção civil no Brasil. O legado: desemprego, obra barata, investimentos jogados fora; PIB, desemprego. Mas nós vamos reconstruir este País, nós vamos reconstruir, porque foi assinado o novo Minha Casa, Minha Vida, em que voltou a faixa 1, voltou a faixa 1 para os mais pobres deste Brasil poderem acessar o direito à habitação. Quero fazer uma indicação ao secretário André Machado. O DEMHAB tem que preparar o terreno, secretário, para receber os recursos do Minha Casa, Minha Vida. Está aqui o Ver. Comassetto, do PT, que acompanha essa pauta há muito tempo, colega de partido, está atento, e nós estamos conectados com Brasília para que o Minha Casa, Minha Vida construa muitas moradias em Porto Alegre. Mas, para isso, a gente precisa, lá no DEMHAB... Vereadores e vereadoras, vamos ficar atentos ao dinheiro que vem dos programas que o Lulinha começou a trazer de volta. Isso é importantíssimo, isso aí agrega e constrói. Na educação, não vamos esquecer, temos uma CPI aí para discutir e debater bastante. Um abraço a todas e todos, uma boa quarta-feira de trabalho para nós, com CPI.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Boa tarde, Presidente Hamilton, todo mundo que nos acompanha; eu subo a esta tribuna depois de ouvir os colegas e quero agradecer pelo tempo de liderança, cedido pelo líder e pelo vice-líder – vereadores Gilson Padeiro e Conselheiro Marcelo. Eu escutei atentamente e não posso esquecer do passado que nós tivemos recentemente nesta Câmara de Vereadores. E eu vou falar, sim, de CPI, tomando cuidado, por óbvio, de não antecipar juízo de valor, porque teremos a CPI e, ao contrário de alguns colegas aqui que já anteciparam as suas manifestações e que poderão ser impedidos inclusive na CPI por anteciparem o seu julgamento prévio – estamos atentos a isso –, quero lembrar da CPI que foi instalada aqui no nosso governo, para mostrar a coerência do discurso que farei. Existe algo muito engraçado. A data da instalação da CPI contra o nosso governo foi 2019. O que tem a ver com a atual? Estamos também um ano antes da eleição. Quando a gente fala de dinheiro público, e tem partidos que estão especializados em dizer que são defensores do dinheiro público. Na hora que pinga uma gota de sangue no oceano, aí esquecem do dinheiro público. Aí vamos fazer vários procedimentos, vários discursos, várias narrativas, criar desgastes a adversários políticos, e é isso que aconteceu na CPI que nós enfrentamos no nosso governo. Eu quero, com muito prazer, repetir uma frase de alguém que eu admiro como homem e como vida pública, como liderança, isso é público, eu já falei várias vezes sobre isso. Porque teve um vereador naquela época que disse para o Ver. Robaina o seguinte – e eu estou aqui com uma matéria da Câmara daquela época: “V. Exa. não pode fazer julgamento e condenação antes do levantamento das informações, Ver. Robaina”. Eu estou dizendo as mesmas palavras para Vossa Excelência. Quem disse isso lá atrás foi o próprio Ver. Idenir Cecchim, que estava certo lá, como eu estou certo em lhe dizer isso. Vossa Excelência subiu aqui à tribuna, e, no início do seu discurso, o senhor disse que era corrupção; o senhor já decretou aqui hoje. Anotem nos autos, no dia de hoje, o senhor subiu a esta tribuna e disse que o caso é de corrupção; essa foi a sua fala, mas, no meio do seu discurso, aí o senhor mudou o seu discurso; aí o senhor usou a expressão pode ser corrupção. Eu quero saber qual é a fala verdadeira do senhor; aquela que o senhor afirma que é corrupção ou aquela que o senhor disse que pode ser corrupção? É importante para nós, legisladores, fiscalizadores do Município.

Sobre a investigação, eu quero fazer aqui um relato público para encerrar. Eu tenho recebido algumas mensagens, eu fiz questão de trazer, no meu celular – eu peço a atenção aqui para os vereadores que integram a base –, algumas mensagens estranhas, algumas falas, algumas fofocas. Eu recebi uma mensagem que diz o seguinte: “Agora é a hora da vingança; o Ricardo Gomes, a Cláudia Araújo, a Mônica Leal, o Cássia Carpes, todos assinaram a CPI contra o governo tucano...” Achando que aqui em mim tem algum

bobo, que aqui em mim tem algum cara movido à vaidade ou alguém que não tem capacidade de entender os momentos políticos e que cada caso é um caso e que cada momento é um momento, mas é engraçado que essa mensagem anônima que eu recebo omite que já, naquela época, o NOVO também assinou o pedido da CPI. E eu não estou descredenciado o NOVO, faz parte dos vereadores legislar e fiscalizar. Agora, eu gostaria de dizer abertamente um monte de coisas, mas, como nós vamos ter, provavelmente, a investigação, e eu não quero ter a minha opinião anulada, eu vou ver o que eu já tenho visto, porque eu tenho visto aqui muito barulho, muito anúncio de corrupção, muita condenação antecipada, mas eu quero lembrar que tinha uma época em que a nossa maior preocupação era que as escolas não tinham nada comprado. Os alunos não tinham equipamentos de inclusão digital; agora a discussão é outra. Se faltou planejamento, se tem que ter estrutura, vamos acompanhar, vamos trabalhar. Agora, condenação antecipada? Eu peço, com toda a tranquilidade, não façam isso, porque geralmente isso acaba em injustiça ou desmoralização pública. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Convido o Ver. Moisés Maluco do Bem para assumir a presidência dos trabalhos por alguns instantes, para que eu possa atender o vereador do Alegrete e também dar uma entrevista.

(O Ver. Moisés Maluco do Bem assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara, Sr. Presidente, quero falar hoje sobre um tema muito importante: educação. Eu, como professor do magistério estadual por cinco anos, no colégio estadual Coronel Afonso Emílio Massot, aprovado em primeiro lugar no concurso para professor de direito da Primeira Coordenadoria Regional de Educação, passei pela Escola da Magistratura e pela Escola da Defensoria Pública; sou professor de vários cursos preparatórios para concurso e quase fui delegado de polícia, conheço um pouquinho de educação. O [art. 212 da Constituição da República Federativa do Brasil](#) é nosso modelo de estado ideal, nosso modelo hermenêutico, e prevê o seguinte: a União tem que investir no mínimo 18% na educação; estados e municípios, 25%. Mas o que acontece? Muitas vezes os interesses privados se sobrepõem ao interesse público, os interesses eleitorais se sobrepõem à ética, à moral, à lealdade, ao jusnaturalismo, e, às vezes, as pessoas que a gente tem carinho fazem qualquer coisa para aparecer, em busca de quê? Em busca de votos. Quem faz isso geralmente é a esquerda ultraradical, que tenta nos segregar, nos dividir. Mas eu fiquei surpreso, esta semana, que uma pessoa que eu tinha na mais alta conta, uma pessoa que é a favor da liberdade econômica trouxe à baila um tema estranho. Claro que ela é pré-candidata para o outro ano, mas eu não achei

legal isso, por quê? Por óbvio, o Poder Executivo municipal recebe verba do governo federal e do governo estadual, para investir em saúde, segurança, educação, e nós temos verbas carimbadas para isso. Mas o que aconteceu em Porto Alegre aqui, saiu nos meios de comunicação, é motivo de CPI, etc. e tal: um conjunto de materiais que estavam comprados e armazenados em um determinado lugar, em uma determinada escola. Porque a diretora da escola que viu o material armazenado lá... Imaginem – eu que já trabalhei numa escola e sei como é que funciona o mundo real –, tu vêes um equipamento de R\$ 10 mil parado, tu não vais pegar R\$ 50,00 daquela verba que tu tens ali, para várias despesas, para botar uma tomada? Aquele diretor de escola, Ver. Cassiá, que vê um equipamento de R\$ 10 mil e não pega R\$ 50,00 do caixa da escola para comprar uma tomada, é um irresponsável, é desleal com a instituição, é um sabotador. E sabotar o serviço público, ser desleal com o serviço público é infração disciplinar, tem que se abrir procedimento administrativo disciplinar para os diretores que sabotaram a administração pública e não zelaram por aquele material, em vez disso, chamaram vereadores que tinham interesses eleitorais, que através de subterfúgios, mecanismos nebulosos ludibriaram a opinião pública, maquiaram números e tentaram destruir um governo sério, um governo que trabalha das seis horas da manhã até à meia-noite. Eu fico surpreso, fico abismado com a cara de pau. Em um dia todo mundo é amigo, num dia quero indicar o cara para ser secretário: “Ah, meu amigo vai ser secretário; no outro dia, eu vou detonar, vou fazer terra arrasada”. Eu estava quieto até hoje, mas quando eu vejo as manifestações, as compilações, as conversas de pessoas que até ontem se odiavam, tudo para buscar o poder, tudo para desgastar o governo atual, pensando na eleição de 2024, isso é um absurdo. “*Si hay gobierno, soy contra*”, são os mesmos do MBL, que estavam junto com o Jair Bolsonaro e, no meio da eleição, nem o Lula e nem o Bolsonaro. E ajudaram a eleger o Lula e hoje as coisas que estão acontecendo. Então, eu fico preocupado, preocupado mesmo. Cada vez menos eu acredito no ser humano.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Obrigado, Presidente dos trabalhos, Ver. Moisés Barboza; senhoras vereadoras e vereadores; eu quero aqui responder ao Jonas. Jonas, há quanto tempo tu não trabalhas na educação? Tu és um demagogo! Como é que tu vais entrar numa CPI se tu não lecionas, se tu não trabalhas? Tu viveste a vida inteira mamando nas tetas do sindicato, conseqüentemente, tu não tens moral. Foi aqui nesta tribuna, para te lembrar, acho que tu não estava aqui, quando apertam os teus calos tu fuge do plenário, foi deste microfone de apartes que eu pedi a presença da secretária aqui, que seria bom ela vir. Vocês são testemunhas! O Jonas gosta de falar, ele invade as escolas, ele agora está proibido de entrar nas escolas, porque é um charlatão, é um demagogo que vai lá mentir para os professores, fazer conchavos com os professores.

Grava a minha voz aí, nesse teu microfone que está passando! Eles estão me ouvindo! Ele não quer ouvir; ele só quer que os outros ouçam o seu discurso demagogo!

E quero falar aqui à esquerda que eu participei da maior e da melhor CPI, na Assembleia, que deu resultado. Aquela CPI do Detran, Robaina. Modéstia à parte, o deputado Postal e eu decidimos o caminho daquela que foi, se não me engano, a única CPI que deu resultado neste Estado. Prenderam, ouviram, denunciaram. E, se Deus quiser, eu vou estar nessa comissão da CPI. Pedi à nossa líder que me indicasse para a CPI, porque eu quero tomar conhecimento da verdade, quero ver se há realmente algum problema. Não passou pela minha vida política nenhum deslize e não deixarei de me posicionar. Até, muitas vezes, pago caro por me posicionar contra qualquer governo, embora eu participe do governo. Não! Se há injustiça, se há corrupção, vai ter que aparecer! Nós vamos denunciar!

Agora, eu quero lembrar também a esquerda – ah, eu venho de longe, como dizia o Brizola –, que quando vocês eram inimigos da RBS, sabem o que é que vocês apontavam nas ruas? “Fora RBS!” Lembra disso, Cecchim? Lembram disso? Hoje, a RBS e a Globo são as favoritas. Não que eu discorde da RBS; ela fez certo, tem que denunciar para nós podermos provar, e o governo poder provar. Agora, como é que vocês eram inimigos da RBS naquela época e hoje são amiguinhos da RBS e da Globo? Expliquem para a sociedade, que coerência é essa?

(Aparte antirregimental.)

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Tu não existias, tu estavas no sindicato, tu não trabalhavas e tu nem eras vereador, por isso que tu não sabes nada, tu só sabe o que te convém. Mentiroso, (Expressão retirada por determinação do orador.) Essa é a tua circunstância.

Então, Presidente, quero...

A outra vez que tu falares no meu nome aqui, tu vais ter que provar, porque tu te aproveitas da oportunidade do microfone, mas tu és covarde, tu foges da luta, tu mamou (*sic*) nas tetas do sindicato há anos, todo mundo sabe. Tu não lecionaste – tu não lecionaste! Vou falar sim, tu estás aqui e estás ouvindo. Gravas aí o que eu falei.

Então, eu quero dizer, Presidente, que criticar faz parte do jogo, agora, safadeza, acusar os outros, isso não. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Jonas Reis (PT): Eu quero uma questão de ordem, Presidente.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O senhor vai responder ao vereador que estava na tribuna, ou o senhor tem uma questão de ordem, com tipificação e artigo no Regimento?

Vereador Jonas Reis (PT): Sim, Presidente, eu sofri uma série de ataques do vereador.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Qual é o artigo?

Vereador Jonas Reis (PT): O artigo...

(Aparte antirregimental.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): A regra é para todo mundo, Ver. Jonas. O microfone de apartes é para questão de ordem.

(Aparte antirregimental do Ver. Jonas Reis.)

Vereador Aldacir Oliboni (PT) (Requerimento): Solicito que o Ver. Cassiá Carpes retire as palavras agressivas contra o colega, o Ver. Jonas Reis. Elas não estão adequadas para este Parlamento. Por isso peço a sensibilidade do colega, Ver. Cassiá, que já foi inclusive, presidente da nossa Comissão de Ética da Casa. Muito obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Registrado seu requerimento, Ver. Oliboni, mas quero deixar claro...

Vereador Cassiá Carpes (PP): Presidente, retiro a palavra (Expressão retirada por determinação do orador.), mas não retiro que ele mamou nas tetas do sindicato por muitos anos.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Eu quero lembrar todos desta Casa que a fala dos vereadores é de responsabilidade dos vereadores.

O Ver. Giovanni Culau e Coletivo está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

(Tumulto no plenário.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Peço respeito ao Ver. Giovanni Culau e Coletivo, líder do PCdoB, que está na tribuna, por gentileza. (Pausa.) Gente, existe um vereador na tribuna aguardando para fazer uso da sua palavra. Por gentileza, os vereadores que tiverem alguma discussão que o façam fora do plenário. (Pausa.) Está assegurado o seu tempo, Ver. Giovanni Culau e Coletivo. (Pausa.)

Pessoal, temos vários projetos para votar de interesse da sociedade. Por favor, tenham compostura, para podermos trabalhar e entregar para a sociedade o que se espera do Legislativo. O Ver. Giovanni Culau está em pé aguardando para fazer uso da palavra.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Por vezes, me pergunto, Sr. Presidente, o que pensaria Porto Alegre se acompanhasse as sessões da Câmara de Porto Alegre. Acho que a Câmara da cidade e a educação de Porto Alegre correm o risco de desmoralização. E subo à tribuna, assim como todos os outros colegas da esquerda que me antecederam, com a tranquilidade de quem tem uma trajetória, ainda que não no Parlamento, dedicada à luta em defesa da educação. O Ver. Jonas foi do sindicato dos municipais e das municipais, fui do meu grêmio estudantil, do meu centro acadêmico, da União Nacional dos Estudantes.

E nós que subimos a esta tribuna da Câmara, debatendo neste plenário, hoje as denúncias que tomam os jornais... Já subimos aqui diversas outras vezes para tratar da educação de Porto Alegre. Subimos aqui para falar da situação de Porto Alegre, da educação na nossa cidade, quando as trabalhadoras terceirizadas não tiveram ou não têm sequer o seu vale-transporte pago pelas empresas terceirizadas do Município, seu vale-alimentação. Subimos a esta tribuna quando falta água nas escolas de Porto Alegre, quando faltam professores e professoras. Subimos a esta tribuna, e não só os vereadores dos partidos de esquerda e da oposição, mas também a Ver.^a Mari, do NOVO, quando Porto Alegre não investiu sequer o mínimo constitucional em educação, no momento em que nós mais precisávamos investir em educação, que foi o período da pandemia. Se eu não estiver equivocado, em 2021, Porto Alegre deixou de investir quase R\$ 200 milhões em educação. E volto a dizer, em que pese o precedente aberto nacionalmente para reparação desses valores, recursos que não foram investidos no momento em que a educação e os estudantes mais precisavam do investimento público. Então eu não entendo por que vereadores da base sobem a esta tribuna, de forma eloquente, indignada, quando subimos aqui para debater temas públicos de conhecimento de toda cidade. E ontem, como membro da Comissão de Educação, que foi muito prestigiada, eu fiz uma série de interrogações à Secretária Municipal de Educação, e nenhuma delas, ou na verdade poucas delas, respondidas. Eu não fui respondido quando questionei sobre a denúncia de sobrepreço na compra de Chromebooks, Ver. Robaina. Eu não fui respondido quando perguntei por que R\$ 45 milhões foram investidos na compra de materiais didáticos sem licitação. Eu não fui respondido quando perguntei se há ou se não há autocritica por parte da secretaria ou por parte da Prefeitura, pelo fato de nós termos dezenas, mais uma centena de caixas acumuladas nas escolas da nossa cidade, o que significa quase 8 mil exemplares de livros encaixotados, mais de mil Chromebooks parados. E vejam, segundo as reportagens, estocados e inclusive expostos a fezes de pombo. Essa é a realidade da nossa cidade, é isso que nos motiva a subir aqui. Ontem, na comissão, as perguntas que foram feitas não foram respondidas. É por isso que damos consequência e sequência a esse debate aqui no plenário; por isso também queremos uma Comissão Parlamentar de Inquérito. O meu tempo está acabando, Presidente, mas não poderia encerrar sem deixar de fazer dois registros: primeiro, é inaceitável que seja estabelecida entre nós uma falsa polêmica, como se estivéssemos aqui, entre nós, entre alguns que querem investimento em tecnologia na educação e outros que não querem. Nós, do PCdoB, desde 2012, defendemos a política de um computador por aluno, isso é uma falsa polêmica, como

outras tantas que tentam estabelecer entre nós, mas o principal motivo que me traz a esta tribuna é que, para mim, é inaceitável que, diante das graves acusações que merecem ser investigadas, que a resposta da Prefeitura, que a resposta de lideranças da cidade, seja a criminalização das gestões escolares, seja a criminalização de educadores e educadoras. Hoje cheguei a ouvir, na Rádio Guaíba, o absurdo de professores e professoras serem chamados de preguiçosos, que o motivo das caixas estarem paradas nas escolas seria a preguiça dos professores, ou uma motivação política dos professores em não utilizar os livros didáticos. Isso é uma irresponsabilidade, isso é leviano, isso é inaceitável. A Prefeitura de Porto Alegre e a Secretaria Municipal de Educação precisam encarar com seriedade, assumir a sua responsabilidade, dar respostas para este Parlamento e para a cidade, que exige, nesse momento, entender mais e melhor como foram investidos os recursos na educação do Município. E eu considero que não é o melhor caminho, ao tentar fugir das respostas, partir para agressão. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Jonas Reis (PT) (Questão de Ordem): O artigo que o senhor solicitou, art. 142 do [Regimento da Câmara Municipal de Porto Alegre](#) (Lê.): “Durante as sessões [inc. VI.] - o Vereador não poderá referir-se à colega ou à representante do Poder Público de forma descortês ou injuriosa.” Então, com base nesse artigo do nosso Regimento, neste inciso, peço a retração do Ver. Cássia Carpes, do Progressistas, por conta da série de palavrões com que ele se referiu a minha pessoa. Eu sempre me refiro aqui, como Vossa Excelência. Então, como o senhor solicitou, estou trazendo até aqui, neste microfone, o artigo do nosso Regimento, todos poderíamos utilizá-lo na tribuna, e não criar esse clima, vir para cima, como ele vem. Esse desrespeito eu não aceitarei, eu não engulo nenhuma das palavras dele, nenhuma, e nós vamos nos ver logo na justiça.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Feito o registro. A regra precisa ser a mesma.

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): Mesma questão de ordem sobre o mesmo artigo, com relação à questão de se referir aos colegas de maneira desrespeitosa. Eu acho desrespeitoso – e eu acho que todos vão concordar – que o Ver. Jonas Reis, enquanto estamos na tribuna, fique filmando e nos interrompendo falando. Então, se é para tratar de maneira respeitosa todos, tem que ser igual para todos.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Ver. Jessé, o senhor está debatendo, vou cortar o seu microfone.

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Sr. Presidente, questão de ordem sobre o mesmo artigo, art. 142. Eu peço que o Ver. Jonas se retrate com V. Exa., pois ele acusou o senhor: “já que você não conhece o Regimento, saia daí”. Então ele tem que vir se retratar com Vossa Excelência. Obrigado.

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Estão registradas todas as falas, está encerrado o assunto, até porque já houve a retratação do vereador.

A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pelo governo.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Boa tarde, Presidente Moisés, que preside esta sessão; colegas vereadores, vereadoras; público que nos assiste pela TV e presencialmente. Eu venho falar sobre Porto Alegre, sobre educação, eu, que sou professora, que tenho um apreço muito grande pela educação formal, aquela educação que realmente contempla crianças e adolescentes, que faz com que a educação seja prioridade. E aqui nós vemos, sim, que a prioridade do governo Melo, através da Secretaria Municipal de Educação, é dar prioridade para a educação de todos aqueles que estão em Porto Alegre. Mas eu quero falar que nós estamos vivendo grandes falácias aqui, e a primeira grande falácia é que o Tribunal de Contas do Estado não apontou irregularidade na aquisição de telas; inclusive, a última decisão é favorável à continuidade da contratação, com destaque à superioridade técnica dos equipamentos, e o pedido de suspensão da adesão à ata de registro de preços e dos pagamentos das telas foi expressamente negado pelo TCE, pela decisão de 7 de março de 2023. Depois, uma outra grande falácia é que os processos de aquisição ocorreram em total – aliás, essa é a verdade, vou mostrar a verdade, certo? – observância aos requisitos previstos na legislação, tramitando em diversos setores e secretarias da Prefeitura, além do constante monitoramento do Tribunal de Contas do Estado, com absoluta transparência e legalidade. No processo de aquisição dos equipamentos pedagógicos MindLab, a SMED também prontamente respondeu ao Tribunal de Contas, no início da sua tramitação, sendo que o tribunal, após os devidos esclarecimentos, decidiu pela não suspensão das contratações, permitindo assim os respectivos pagamentos. Já em relação às demais aquisições, a Secretaria Municipal da Educação não foi intimada a responder junto ao Tribunal de Contas ou a qualquer outro órgão de controle, demonstrando assim a total lisura dos processos. Inclusive esse movimento contra a SMED e também à nossa Prefeitura Municipal é totalmente irresponsável e extemporâneo, pois essas questões já foram sanadas, já foram respondidas no ano passado, sem nenhuma decisão contrária e desfavorável por parte do Tribunal de Contas. Ressalto também que estou estarecida com essa alegação de que houve desperdício do dinheiro público, uma vez que as aquisições foram planejadas, considerando o orçamento não apenas de 2021, mas também de 2022 e 2023, em total consonância com o projeto pedagógico de inovação, recuperação e qualificação da aprendizagem da rede de Porto Alegre. Agora eu quero saber por que em 98 escolas foram distribuídas os Chromebooks, os livros pedagógicos, e em apenas 12 escolas esse material não chegou nas mãos dos estudantes? Isso é a pergunta que nós temos que fazer, porque, quanto à contratação e quanto ao pagamento, está tudo correto. Eu pergunto: de 98 escolas, a maioria entregou na mão dos alunos os Chromebooks, o material pedagógico, e em apenas 12 escolas não chegaram às mãos dos estudantes. E

falo mais: todas as diretoras e diretores das escolas municipais recebem FG para serem gestores, para que, a partir do momento que recebem materiais da secretaria municipal, façam a distribuição, façam o controle. E mais do que isso, se na escola não existe tomada adaptável, não existem equipamentos necessários para fazer o uso daqueles instrumentos, por que o gestor, diretor, ou diretora dessa escola, não buscou a correção do problema que ali existia?

Então, senhores vereadores, vamos nos debruçar e perguntar: quem são essas 12 diretoras e diretores? Quais são essas 12 escolas que até hoje não distribuíram o material, deixando um material muito bom, material de inovação, de tecnologia, sendo estragado, simplesmente, em um canto da escola, e quiseram, sim, que o bafafá todo fosse feito nos últimos dias? Então, senhores, eu quero saber quem são os diretores, eu quero saber o que essas escolas estão fazendo, porque as outras escolas – líder Idenir Cecchim, obrigada pelo espaço –, ou seja, 86 escolas estão utilizando os Chromebooks, os livros didáticos, junto às crianças. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

Vereador Roberto Robaina (PSOL): Uma questão de esclarecimento, Presidente, é que, na última sessão, nós tivemos dois requerimentos para CPI. Eu digo porque foi um tema recorrente aqui na tribuna, foram dois requerimentos, e eu, como não tenho experiência nessa situação de termos dois requerimentos de CPI na mesma sessão – acho que a liderança do Ver. Janta também nunca tinha visto na mesma sessão isso –, eu gostaria de saber como vai funcionar, porque é óbvio que nós vamos ter que fazer uma investigação. Eu, por exemplo, vou querer saber sobre esses 800 Chromebooks que estavam nesse depósito com pombos e fezes, quem era o diretor. Então eu gostaria de saber como vai ser o procedimento, se vamos ter duas Comissões Parlamentares de Inquérito...

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O procedimento será normal. Há o protocolo, a Procuradoria faz o parecer, se manifesta, após nós temos um período que, se não me engano, é de cinco dias para a instalação, mas a Procuradoria precisa se manifestar. É isso. Estamos aguardando a Procuradoria.

Vereador Roberto Robaina (PSOL): A Procuradoria dá o parecer. Muito obrigado.

(O Ver. Hamilton Sossmeier reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (15h38min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Passamos ao nº 01 da priorização, cujos encaminhamentos já estavam encerrados e faltou quórum na hora da votação. Então nós vamos partir diretamente para a votação, sem a possibilidade de novos encaminhamentos.

VOTAÇÃO

REQ. Nº 101/23 – (Proc. nº 0540/23 – Ver. Jonas Reis) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade “aos aprovados no Concurso Público para Agente de Trânsito e Transporte, solicitando o chamamento dos aprovados para preencherem todos os 112 cargos vagos”. (SEI 210.00386/2023-14) Observação: votação nula por falta de quórum em 05-06-23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o [Requerimento nº 101/23](#). (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO**, com a manifestação contrária dos vereadores Jessé Sangalli, Tiago Albrecht e Mari Pimentel.

DISCUSSÃO GERAL E VOTAÇÃO

**(discussão: todos os Vereadores/05minutos/com aparte;
encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)**

PROC. Nº 0535/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 204/21, de autoria do Ver. Jessé Sangalli e da Ver^a Comandante Nádia, que proíbe a utilização de verbas públicas, no âmbito do Município de Porto Alegre, em convênios, contratos, produções, espaços ou materiais que promovam, de forma direta ou indireta, a sexualização de crianças ou adolescentes. (SEI 220.00064/2021-95)

Pareceres:

- da **CCJ**. Relator Ver. Mauro Pinheiro: pela inexistência de óbice de natureza jurídica para a tramitação do Projeto;
- da **CEFOR**. Relator Ver. Moisés Barboza: pela aprovação do Projeto;
- da **CUTHAB**. Relatora Ver^a Fernanda Barth: pela aprovação do Projeto;
- da **CEDECONDH**. Relator Ver. Alvoni Medina: pela aprovação do Projeto.

Observações:

- com Emenda nº 01 (destacada), do Ver. Giovani Culau e Coletivo (Líder da Bancada do PCdoB) e da Ver^a Biga Pereira;
- com Emenda nº 02, do Ver. Claudio Janta (Líder da Bancada do SD);
- incluído na Ordem do Dia em 23-03-22.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em discussão o [PLL nº 204/21](#). (Pausa.) O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para discutir a matéria.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos. O projeto é autoexplicativo, o conteúdo do texto já sinaliza para os senhores do que se trata. Mas só para quem não teve tempo ainda de se atentar, a gente está deixando claro que não vai ser permitido na legislação, através de financiamento público municipal, o recebimento de recursos por projetos educacionais, artísticos, músicos, dançarinos e tal que promovam a sexualização infantil, por conta, justamente, de não ser apropriado nem para as crianças nem para a exposição dessas crianças, e não fazer sentido, do ponto de vista da lógica do bom aproveitamento dos recursos públicos, que sejam utilizados dessa forma. Foi informado agora pela assessoria que existem duas emendas, uma, inclusive, da oposição, que vem ao encontro daquilo que a gente pensa. São no sentido de esclarecer alguns pontos para que – imagino que a esquerda também – se entenda que a sexualização infantil é algo ruim e não deve ser promovida com recursos públicos através de peças financiadas a partir do financiamento público. Óbvio que isso não pode ser feito de maneira nenhuma, mas cabe a nós aqui como Município falar sobre os recursos públicos e fica aqui a nossa ponderação. Por isso que apresentei este projeto em conjunto com a Ver.^a Comandante Nádia. A Ver.^a Nádia também luta muito pela questão da educação, estamos agora demonstrando a nossa preocupação com relação à questão da educação; então faz sentido que aquelas obras, aquelas apresentações, tudo que tem a ver com financiamento público não seja estimulado, através desses recursos, alguma menção com relação à questão da sexualização infantil. Acredito que todos votarão a favor, até porque esse tema é um tema incontroverso, todo mundo vai concordar com isso, mas a gente quis deixar claro na legislação com relação à questão específica desse financiamento público. Por isso peço voto aos colegas, e quem achar que pode contribuir de alguma forma pode vir aqui nos ajudar a compreender melhor através do debate ou mesmo nos esclarecendo qualquer dúvida que tenha ficado. Obrigado, valeu.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Giovani Culau está com a palavra para discutir o PLL nº 204/21.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Presidente, colegas vereadores e vereadoras; me inscrevo para apresentar a posição da bancada do PCdoB sobre este projeto e as razões que fizeram com que eu – nosso mandato coletivo – e a Ver.^a Biga apresentássemos a Emenda nº 01. Quero antes disso compartilhar com os colegas um estudo do IBGE de 2019, que aponta que um a cada sete adolescentes no nosso País sofreu abuso sexual uma vez na vida. Esse mesmo estudo aponta que 6,3% dos estudantes de 13 a 17 anos já informaram que foram obrigados a manterem relações sexuais contra sua própria vontade. Por que eu trago esses dados que tenho certeza chocam todos e todas? Porque a nossa emenda tem dois objetivos: o primeiro deles,

apontar que a vedação do investimento de recursos públicos seja proibida não apenas quando se trata da sexualização, mas também, e de forma muito particular, no sentido do combate ao abuso e à exploração sexual. Então a nossa emenda complementa o projeto, vedando o financiamento de qualquer iniciativa que promova a sexualização e, com a nossa complementação, abuso e exploração sexual. Sendo assim, nós também sugerimos que a caracterização do que seja sexualização, abuso e exploração seja o que está definido no ECA, que é a principal legislação que nós temos no País sobre os direitos da criança e do adolescente. A bancada do PCdoB então encaminhada aqui um pedido de apoio de toda a Câmara para a aprovação da nossa Emenda nº 01, e, com base nesse encaminhamento, que nós também possamos aprovar o projeto. Nesse sentido, Presidente, acreditando que poderemos aprovar a emenda, eu gostaria de solicitar a retirada do destaque, que nós havíamos requerido (Aprovado tacitamente.) Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para discutir o PLL nº 204/21.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Presidente, caros colegas vereadores, quero dizer que este é um projeto meu e do Ver. Jessé Sangalli, e diz respeito à segurança das nossas crianças. A segurança das nossas crianças está prescrita na Constituição federal, no seu art. 227, que determina que todas as pessoas, e principalmente o Estado, seja o estado, o município, o Estado propriamente dito, ou a União, devem dar total prioridade para crianças no que diz respeito à vida, à saúde, à educação, ao lazer, à alimentação, à profissionalização, à cultura e também à proteção. Quando nós falamos em proteção, nós vemos, infelizmente, dados que nos alarmam, nos deixam chocados quando vemos que crianças estão sendo utilizadas como meio de sexualização. Para tanto, este projeto de lei vem, querido Gilson, exatamente proibir que o órgão público, que a administração pública aqui no nosso Município utilize verbas para convênios, contratos, produções, espaços ou materiais que promovam, direta ou indiretamente, a sexualização de crianças e adolescentes. Para tanto, nós queremos que essa lei entre em vigor o quanto antes, para que mais pais e mães se tranquilizem, porque não raras vezes crianças vão a teatros, vão assistir obras de arte financiadas com verbas públicas – nem sempre municipais, mas estaduais ou federais – em que a sexualização infantil está ali sendo apresentada. Nós temos que ter esse mecanismo de proteção para que, de uma forma muito lúdica, às vezes, querido Tiago, de uma forma às vezes inocente, através de um teatro, de uma obra, não se apresente a sexualização infantil. Eu sou mãe e não quero os meus filhos expostos; tenho certeza que toda mãe e todo pai, toda a família tem o dever e quer cuidar dos seus filhos. Não é mais possível que escolas utilizem verbas públicas para levar crianças para assistir peças ou exposições que tenham como fim a sexualização. E digo mais: na nossa lei nós fomos muito claros, não pode nenhum tipo de material ou produção que contenha nudez, erotização, insinuação sexual, carícia sexual,

relação sexual, masturbação, linguagem chula ou de conteúdo sexual ou simulações de sexo, porque isso não pode acontecer, não está na classificação indicativa do Ministério da Justiça em proteção às crianças. Nós todos somos adultos aqui, eu quero ver uma mãe ou um pai subir aqui e dizer: “Eu quero ver o meu filho acariciando um homem pelado”, ou “eu quero ver o meu filho assistindo a alguma obra de arte que insinue sexo”. Eu não quero. Se tiver alguma pessoa que queira, por certo deverá ser estudada, deverá ser cuidada, observada e, quem sabe, também indiciada, porque é crime.

Quero dizer ao querido Ver. Culau, com todo respeito, e à Ver.^a Biga, que a emenda é boa porque acresce o abuso e a exploração sexual, muito bem dito, mas não podemos retirar... Eu comecei a ler aqui, agora, fui alertada, Ver. Culau, que, do inciso VI foram retiradas essas palavras. Nós temos que manter essas palavras para que não haja dúvida sobre o que significa sexualização infantil. Então vamos dar uma conversada para que a gente possa otimizar essa questão.

E também a emenda do Ver. Janta, que inclui – muito obrigada, Janta – a questão do autista, a questão da síndrome de Down, que, por vezes, também é utilizada para sexualização, mas, às vezes, também ao ridículo, a uma exposição nem um pouco digna das pessoas que assim o são.

Então peço aos vereadores que votem “sim”. Eu acho que, por unanimidade, todos adultos aqui querem crianças e adolescentes protegidos em Porto Alegre. E que essa lei sirva de exemplo para outros municípios. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Fernanda Barth está com a palavra para discutir o PLL nº 204/21.

VEREADORA FERNANDA BARTH (PODE): Em primeiro lugar, eu gostaria de parabenizar a Ver.^a Comandante Nádia por essa iniciativa tão importante. Eu, como presidente da Frente Parlamentar de Combate à Violência contra Criança, a exploração sexual e a exposição prematura de crianças e adolescentes ao sexo são violências e precisam ser combatidas. Nós sabemos que a exploração sexual, a exposição de crianças a imagens, a vídeos, a sexo, em idade em que elas não estão preparadas, não têm maturidade, não têm processo cognitivo formado para isso, são vulneráveis, simplesmente servem à agenda da normalização da sexualização precoce, da pedofilia.

A naturalização da sexualização infantil é uma das principais agendas do marxismo cultural, que pretende, através da sexualização precoce das crianças, estabelecer aí um regime diferente, onde - e isso é algo que nós podemos ver diuturnamente nesse mundo moderno, que muitas vezes nós consideramos doente socialmente por causa dessas pautas – há uma tentativa de reduzir a idade do consentimento, para cada vez mais cedo. Então, nós vemos que, enquanto lojas, marcas, campanhas privadas, como a da Balenciaga, pouco tempo atrás, da Target, há pouco tempo, da Bud light, campanhas dirigidas muitas vezes a crianças já estão sofrendo o peso da opinião pública, tendo prejuízos incalculáveis, porém bastante merecidos.

Está mais do que na hora de o poder público fazer a sua parte. É inadmissível que recursos públicos possam ser utilizados para esse tipo de ação, para educação nas escolas, para campanhas publicitárias, dentro dos postos de saúde, que seja, para oferta de cultura gratuita – porque não existe tal coisa, toda cultura gratuita já foi paga pelos impostos dos pagadores –, mas por cultura gratuita dirigida a crianças, que, na verdade, são peças de teatro que trazem temas que são incompatíveis com a idade das crianças que são levadas para assistir. E muitas vezes têm, sim, patrocínio ou apoio da Secretaria de Educação de alguns municípios, da Secretaria de Cultura de alguns governos, nem que seja pela cedência do espaço público, que também consta como apoio. Então essa lei, ela é absolutamente necessária, nós votaremos favoravelmente ao PLL nº 204/21, do colega Jessé Sangalli e da Comandante Nádia, mas votaremos contra a Emenda nº 01, justamente por estarem ausentes algumas coisas que nós consideramos primordiais dentro do projeto, como é o caso da questão da masturbação infantil. E a Emenda nº 02, do Ver. Cláudio Janta, também terá o nosso apoio. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para discutir o PLL nº 204/21.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, público que está na assistência; nossa suplente de vereador, a Sra. Ana Coronel, que nos dá alegria da visita neste momento, doutora do Município de Porto Alegre, seja bem-vinda a esta Casa; também a assistência que nos acompanha pelas emissoras.

Eu quero chamar a atenção, especialmente da direita desta Casa, que tem um cavalinho de Troia marxista aí na emenda do vereador comunista, Culau. Ainda que ele coloque acertadamente os termos abuso e exploração, ele está tirando os termos nudez, erotização, insinuação sexual, carícia sexual, masturbação, linguagem chula e de conteúdo sexual ou simulações de sexo – o que iria encher de orgulho Simone de Beauvoir, talvez o próprio Gramsci também, e tantos outros autores marxistas culturais. E como a pauta do meu mandato é combater o marxismo cultural, que é a grande praga da sociedade brasileira, eu quero chamar a atenção dos vereadores e das vereadoras, especialmente da direita e do centro, que tem um cavalinho de Troia. Consultem vossas assessorias jurídicas, fui eu que alertei a Ver.^a Nádia, estava passando batido, porque o começo ali é bom, na emenda do Ver. Culau, que altera o texto dos dois artigos e inclui os termos abuso e exploração – isso tudo bem. Mas aí o pacote marxista não dá, retirar essas palavras: nudez, erotização e assim por diante.

Então, como não é possível votar parcialmente o texto de emenda, o meu voto vai ser contrário a esse cavalo de Troia marxista, que está tentando relativizar o que é até mesmo exploração. Então, que esta Casa esteja atenta, que esta Casa esteja representando realmente o povo de Porto Alegre. Nós não podemos aceitar, e, como não é possível votar parcialmente, o meu voto será contrário, pois essa emenda suaviza o texto do projeto na

forma como foi apresentada, que certas atividades não sejam consideradas sexualização, vou repetir, nudez, erotização, insinuação sexual, carícia sexual, masturbação, linguagem chula e de conteúdo sexual, ou simulações de sexo. Portanto, como combatente do marxismo cultural, que tanto mal faz para as nossas crianças, que tanto mal faz nas escolas, marxismo cultural que chega a enaltecer um educador como Paulo Freire, que provavelmente pirateou o seu método de ensino, copiando, importando de outros lugares, então, realmente que esta Casa esteja atenta para que não caia na pegadinha comunista, no Cavalo de Tróia comunista, e que nós barremos essa emenda que quer prejudicar – alô Jessé, alô Nádia –, esse Cavalo de Tróia vai prejudicar o vosso projeto. É “sim” na emenda do Janta; e “não” na emenda comunista. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para discutir o PLL n° 204/21.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores. Eu gostaria de pedir, formalmente, desculpas a você que assiste esta sessão em casa pela TVCâmara, àqueles que estão nas galerias acompanhando as discussões neste momento, por tanta besteira. Eu estou aqui há seis anos. Eu nunca ouvi tanta bobagem proveniente de uma única pessoa, em cinco minutos. Deve ter um recorde, nós precisaríamos mandar para o Guinness Book as bobagens que o Ver. Tiago proferiu aqui. Eu gostaria muito, muito, muito de ouvir intelectuais liberais sobre a manifestação do Ver. Tiago, que se diz um liberal. É um absurdo! O vereador faz bastante ênfase... Peço que pare o meu tempo, Presidente.

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Tempo assegurado. Ver. Tiago, por favor, em seu lugar.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Eu não entendo por que o Ver. Tiago Albrecht foi até a cadeira do Ver. Robaina para provocá-lo. Eu não entendi.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Ver. Prof. Alex, seu tempo está assegurado. Ver. Tiago... Solicito que os vereadores sentem em seus lugares, por favor, para que o vereador possa seguir o seu discurso. Ver. Tiago, por favor.

(Manifestações paralelas. Ininteligíveis.)

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Retomando a minha fala, agradeço o acalmar dos ânimos do plenário. Eu acredito que o Ver. Tiago tem razão em uma coisa na sua fala aqui embaixo: “Está para nascer [disse ele] o homem que vai mandar

eu me calar.” Eu acho que ele precisa continuar falando para que a população de Porto Alegre, o povo brasileiro perceba a quantidade de estupidez que está sendo proferida da boca desse dito liberal. O homem que diz que defende liberdades... Isso não é pauta, é discussão de um projeto de lei, mas que burrice, gente! Que coisa horrível! Continuando, senhoras e senhores, esse circo de horrores que foi iniciado nas falas antes da minha. O Ver. Tiago, na sua manifestação, não concorda com a emenda do Ver. Giovanni Culau, que coloca a definição constante no ECA – [Estatuto da Criança e do Adolescente](#), que é a legislação que protege as nossas crianças. Ele usa as definições do ECA, lei nacional, por quê? Porque o vereador não quer que a Prefeitura de Porto Alegre coloque dinheiro, subsidie apresentações que possam vir a ter nudez, nudez!

Eu listei, da minha cabeça, algumas obras clássicas, como O Homem Vitruviano, de Leonardo da Vinci, que expõe órgãos genitais masculinos, é um clássico, é uma obra-prima da cultura mundial; a escultura David, de Michelangelo, tem órgãos genitais masculinos; o quadro A liberdade guiando o povo, de Eugène Delacroix, um clássico do artista francês; o quadro Nascimento de Vênus, de Botticelli; o quadro Antropofagia, de Tarsila do Amaral, grande expressão da nossa pintura brasileira; a escultura O Beijo, de Auguste Rodin, em que um casal troca carícias, coisa que o Ver. Tiago parece não admitir. Gente, isso é cultura. A arte é uma expressão da nossa história, da manifestação de artistas. Se nós não acreditamos que o ECA, a lei federal, tem caráter protetivo e competência para proteger as nossas crianças, como está redigido na emenda do Ver. Giovanni Culau, eu não aceito a definição de Damares Alves, que, dentro em breve, pode perder seu mandato pelas barbaridades que fez à frente de um ministério no governo passado. Eu prefiro ficar do lado do ECA, porque o ECA, sim, é lei séria, é lei protetiva, lei que garante direitos das nossas crianças. E o Ver. Giovanni Culau não está cerceando, por exemplo, os critérios técnicos para classificação etária. É um absurdo dizer que professores e professoras levam seus alunos a manifestações artísticas... As manifestações artísticas, as peças de teatro têm faixa etária. As crianças não podem acessar, se não for condizente com sua idade. Isso é uma barbaridade, senhoras e senhores, o que um dito liberal manifesta aqui é vergonhoso, vergonhoso, é cerceamento do acesso à cultura, à arte; sim, muitas manifestações artísticas têm nudez; qual é o problema com o corpo humano, que problema na sexualização de vocês existe de tão grave, que vocês não aceitam que seres humanos têm corpos masculinos e femininos ou de quaisquer orientações, identidades. Deve ter uma coisa muito mal resolvida nessas pessoas. Isso é triste, porque isso nos lança de volta à idade das trevas, em que pessoas pegavam martelos e decepavam órgãos genitais de esculturas, que, depois, eram cobertas com conchas. Que retrocesso, senhoras e senhores! Estamos em pleno século XXI, e se a família não quer levar a uma expressão artística, que não leve, e tem todo o direito de fazê-lo; mas esta Casa Legislativa não pode cercear o acesso à cultura, à arte. Isso é um absurdo! Eu não concordo; por isso, vou votar a favor da emenda do Ver. Giovanni. Se ela não for aprovada, eu voto contra o projeto. Um grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Tiago Albrecht (NOVO): Questão de ordem no art. 142: o vereador passa dos limites quando, inclusive, fica questionando a sexualidade de pessoas no púlpito. E, se ele quer mostrar peça de gente pelada para criança e adolescente, eu não quero. Obrigado, Sr. Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro. O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir o PLL nº 204/21.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão e ouviu uma série de absurdos e de acusações, as pessoas que, muitas vezes, são servidores públicos que produzem políticas públicas de qualidade... Onde é que já se viu dizer e acusar pessoas que trabalham em escolas de sexualização? Mas o que é isso? Eu sou favorável ao projeto, mas eu sou contrário a esse tipo de argumentação chula. Isso é falta de pauta, isso é falta de trabalho, isso é falta de honra. Uma pessoa que sobe a esta tribuna para dizer que isso acontece em escola... Eu quero que prove que isso acontece em escola! Eu quero que prove, eu quero que mostre! E veio aqui outro vereador falar em marxismo cultural. Nem sabe o que é marxismo, não conhece. Inventaram, nesse bolsonarismo, uma mentira, isso é uma pantomima, vereador, isso é uma farsa que vocês criam dentro de uma bolha. Mas a bolha de vocês já estourou, tanto é que, no Parcão, domingo, não tinha ninguém, vocês estão sozinhos, cada vez mais isolados. O Dallagnol estava delirando ontem no Congresso Nacional, sozinho. As fotos mais deploráveis da história da República Brasileira; um caótico bolsonarista lá. Aí o senhor vem falar que o marxismo cultural faz erotização. Que bobagem falar isso! Erotização para mim é o neoliberalismo, que deixa as crianças com fome nas vilas, nas periferias, sem escola, sem assistência social, é a corrupção. Ontem o senhor foi lá na Comissão de Educação e o senhor falou, está nas notas taquigráficas, disse assim: “Eu não assino CPI com a esquerda, com a esquerda eu não assino CPI”. Quer dizer, se tiver que fazer uma investigação com a esquerda, ele não fará, só porque é a esquerda. Aí ele foi lá justificar que não votava. Então ele escolhe o que investigar. Que engraçado! Esse é o Ver. Tiago, que veio aqui falar um monte de impropérios e inventar uma farsa sobre marxismo cultural. Eu vou lhe dizer o que é marxismo cultural: marxismo cultural é comida na mesa de todo mundo, marxismo cultural é escola para todo mundo, marxismo cultural é bandido na cadeia, é corrupto na cadeia; marxismo cultural é igualdade, é justiça, – isso é marxismo cultural. É todo mundo ter o direito a comer, a se vestir, a ir para um posto de saúde e ser atendido no SUS – isso é marxismo cultural. O resto tudo que o senhor falou aqui é uma farsa que o senhor quer criar, para criar uma linha. Ele precisa ter uma linha, ele precisa criar uma pauta porque ele chegou aqui de paraquedas, como suplente, porque o Camozzato virou deputado estadual, e quer inventar uma farsa. Porto Alegre não vai engolir isso. Porto Alegre tem história, vereador, tem história de democracia, história de conhecimento. Esta cidade tem várias universidades que produzem conhecimento real, inovações, está aqui o Hospital de Clínicas, premiadíssimo, que é a universidade pública contra a qual o senhor luta sempre. Então o senhor não pense que vai vir para essa tribuna

querer misturar alhos com bugalhos. Queremos combater, sim, a erotização, a sexualização, por isso serei favorável à emenda do Culau, serei favorável ao projeto, pois o projeto é meritório. O que não é meritório aqui são as ilusões que trazem para esta tribuna querendo enganar a população. Não enganarão, porque as pessoas sabem quem são os criminosos que atacam nossas crianças, a gente sabe quem enfraquece o conselho tutelar. Está aqui o pessoal que inclusive vai concorrer ao conselho tutelar; nós queremos mais conselho tutelar. Estou olhando agora para o José Freitas, que foi conselheiro e é vereador: nós queremos defender as crianças com um aparelho estatal forte para tirar as crianças das mãos dos bandidos desta cidade. Isso o senhor não falou aqui, para fortalecer o conselho tutelar que tem uma demanda e tem que ter 14 regiões, 14 micros na cidade, e tem só 10. Venha aqui defender isso e não criar essa mentira de marxismo cultural, e venha aqui explicar por que lá ontem o senhor falou: eu só assino CPI se é com a direita, com a esquerda eu não assino. Ele escolhe e vem falar um monte de bobagem aqui. E não só isso, outras pessoas falaram mais bobagens aqui, e nós não vamos aceitar, vocês vão respeitar a educação. Eu quero que vocês defendam aqui o reajuste salarial para quem trabalha em Porto Alegre, que está com defasagem de 30%, tá vereador? Trinta por cento, é isso que o senhor tem que defender aqui. E toda vez que o senhor vier aqui falar de marxismo cultural, trazendo mentiras, *fake news*, será denunciado nesta tribuna e nós vamos combater, porque isso não é marxismo cultural.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para discutir o PLL nº 204/21.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara, Sr. Presidente; um projeto importante está sendo discutido aqui no plenário do Poder Legislativo Municipal, que é o projeto que restringe o uso de materiais que levem a conteúdo sexual para as nossas crianças. Nós já tivemos muitos problemas aqui no nosso País e na nossa cidade. Vou fazer uma analogia, *in bonam partem* aqui, nós proibimos a linguagem neutra na nossa cidade. Linguagem neutra tem que ser discutida no mestrado, no doutorado, não com as nossas crianças. Outro fator importante também é que Porto Alegre, mesmo os nossos respeitados professores, tendo o melhor salário do Brasil, Porto Alegre por anos na administração da esquerda vem trazendo uma carga muito negativa para a cidade de Porto Alegre, nós estamos em penúltimo lugar no índice do Ministério da Educação. Mas por que isso? Porque se preocupam com linguagem neutra, com política, com partidarização, com eleições; não com as nossas crianças. Então esse projeto da Comandante Nádia e demais colegas que assinaram aqui é um projeto muito importante, muito bacana. Por isso eu gostaria que fosse votação de forma simbólica e que fosse aprovado por unanimidade. É um milhão e meio de pessoas que moram na cidade, e nós temos que proteger os nossos pequenos, porque Porto Alegre tem pressa e Porto Alegre não pode parar.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Conselheiro Marcelo está com a palavra para discutir o PLL nº 204/21.

VEREADOR CONSELHEIRO MARCELO (PSDB): Boa tarde, Presidente, demais vereadores, finalmente um tema que eu me sinto muito confortável em discutir. Eu acho que de todos os vereadores aqui presentes o único que acha que vivenciou, o Freitas também, mas eu tenho mais tempo de mandato que o Freitas, então acho que eu vivenciei mais. Mas só nós sabemos o que chegou nas nossas mãos, o quanto é importante essa questão do que se trata o abuso sexual de crianças e adolescentes. Infelizmente essa é uma realidade que vem afrontando a todos.

Antes da pandemia, já existia uma estatística, logo após a pandemia, aumentou essa estatística, porque as crianças e os adolescentes acabaram ficando em casa e, infelizmente, muitas vezes, a maioria das vezes, onde era para as crianças estarem mais protegidas é onde elas correm mais risco. Ou seja, os maiores abusadores são os pais, avós, padrastos, primos e os demais membros da família, amigos. Então, eu me sinto muito confortável em falar desse tema porque eu já perdi as contas de quantas crianças e adolescentes eu tive que tirar da casa desses abusadores e, muitas vezes, a mãe e o pai optam por colocar os seus filhos dentro de uma casa de acolhimento do que estar com o próprio abusador. Então é um tema muito importante, Ver. Gilson, Ver. José Freitas, que eu acho que tem que ser levado com muita seriedade, porque só nós sabemos o trauma que essas crianças sofrem, na sua primeira infância, e ficam marcas para o resto da vida, porque o abusador faz com que a criança abusada seja a culpada. O abusador faz com que ela seja o problema e não o abusador. Nós, da bancada do PSDB – eu, o Ver. Gilson, o Ver. Moisés – temos seriedade para votar esse tema, que seja o melhor para essas crianças e adolescentes. O Estatuto da Criança e do Adolescente é claro, ele é lei federal, nenhuma criança ou adolescente poderá ser vítima de qualquer abuso ou de qualquer violação de direito. Isso não sou eu que estou falando, é o Estatuto da Criança e do Adolescente. Ver. Tiago, nós temos plena convicção de que esta Casa está trazendo esse tema para cá, um assunto sério, um assunto que mexe com a vida das crianças e com futuro delas, porque uma criança que, infelizmente, sofre abuso, ela tem a sua vida dilacerada, o seu futuro dilacerado, porque são marcas, cicatrizes que ficam o resto da vida. Eu peço que todos não tenham a vaidade de não levar a sério esse tema. Esqueçam os seus partidos, esqueçam as suas ideologias e votem a realidade do que for melhor para as crianças e adolescentes. É nesse sentido que nós vamos fazer, votar o que for melhor para as crianças e adolescentes aqui nesta Casa. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Karen Santos está com a palavra para discutir o PLL nº 204/21.

VEREADORA KAREN SANTOS (PSOL): Boa tarde a todos e todas; eu vou subir à tribuna, porque parece uma discussão meio óbvia, pois eu acho que ninguém nesta Câmara de Vereadores é a favor da exploração sexual de crianças e adolescentes. Nós temos o ECA desde 1990, que não consegue ser implementado na prática. O fundamento da exploração sexual de crianças e adolescentes não é um debate ideológico que caiba numa tribuna, menos ainda, num papel. O que falta hoje para a gente conseguir garantir a proteção das nossas crianças é o básico, é o mínimo, o que a oposição vem colocando cotidianamente dentro deste Parlamento. Faltam monitores dentro das escolas; a lei federal da implementação dos psicólogos e dos assistentes sociais, junto à rede de educação, não foi implementada no Município de Porto Alegre; os conselheiros tutelares, Ver. Conselheiro, é algo insuficiente para as demandas da cidade de Porto Alegre; a rede de acolhimento às mulheres vítimas de violência não aceita as crianças serem acolhidas junto nas casas, ou seja, nós temos uma série de faltas e de ausência na estrutura pública para levar a sério essa discussão. Então, a gente fica aqui chovendo no molhado, dizendo que a gente é contra a exploração de crianças e adolescentes, ao mesmo tempo que, na vida real, não existe uma rede de proteção que dê conta dos índices de violência que só crescem, que só crescem!

Se a gente quer ser coerente mesmo com a discussão ideológica que fazemos aqui, isso tem que se desdobrar, primeiramente, no debate de orçamento. Sem recurso, não tem como efetivar política pública, e, segundo, essa política de estado mínimo, de arcabouço fiscal, de ter que respeitar o teto dos gastos, isso vem fragilizando e muito a assistência, a educação e a saúde do nosso povo de Porto Alegre. Para tentar sair dessa polarização ideológica que está colocada aqui – eu sou a favor da proteção, eu sou contra a proteção –, vamos ser honestos: qual é a concretude que o governo Melo vem apresentando para combater os índices de violência à mulher, aos povos indígenas, à população em situação de rua, às crianças e aos adolescentes? Não existe. Não existe na cidade de Porto Alegre! Então tudo que a gente viu até agora é demagogia, porque é uma discussão que é chover no molhado. Óbvio, somos todos contra, ao mesmo tempo, não tem nenhuma ação concreta por parte do governo Melo para, de fato, garantir a proteção daqueles e daquelas que estão mais subordinados e fragilizados na crise em que a gente está vivendo. Era essa minha colocação para tentar limpar o meio de campo daquilo que é ideológico e do que, de fato, o governo Melo vem fazendo para proteger a nossa criança.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para discutir o PLL nº 204/21.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde. Como fazem falta nesta Câmara João Antonio Dib e Pedro Américo Leal. Isso aqui virou um campo de guerra. Olha, eu quero dizer que subo à tribuna para falar exatamente, para encaminhar como líder do Progressistas, que assinei essa emenda. Vereador Culau, eu quero lhe dizer uma

coisa: o senhor é novinho, está começando hoje, este ano; existem causas como essa que não tem ideologia política, não tem sigla partidária, tem que construir junto. Eu, quando vou votar um projeto, não sei nem quem é o autor; se o conteúdo é bom, se a emenda é boa, eu voto a favor. O que me surpreende aqui é que o senhor, na sua emenda, retirou expressões do inc. VI, o que deixa isso em risco; expressões essas que o senhor retirou: “que contenha nudez”; essa expressão foi retirada. Por isso a necessidade de utilizar somente uma parte que venha a atender a essa questão de proteger as nossas crianças, que é a Emenda nº 03, que diz: “vedada qualquer forma de divulgação privada ou particular que promova de forma direta ou indireta a sexualização, o abuso e exploração sexual de crianças ou adolescentes nos atos ou locais referidos no inc. I e V”. Então, eu, como líder da bancada Progressista, assinei essa emenda. O que me interessa aqui é proteger as nossas crianças. Não quem é esse ou aquele o autor; quem vai ser o pai da emenda ou do projeto. E é isso o que está faltando nesta Câmara. Chamo a atenção de todos; nós representamos os porto-alegrenses e precisamos focar exatamente para atender às necessidades da população, e não uma disputa de poder. E falo isso com toda a tranquilidade e equilíbrio em todas as áreas. É chegado o momento de parar e pensar, o que o povo quer dos seus legisladores é exatamente isso: equilíbrio, responsabilidade, atender às suas necessidades. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo a Emenda nº 03, de autoria dos vereadores Mari Pimentel, Tiago Albrecht e Mônica Leal, ao PLL nº 204/21.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o requerimento solicitando dispensa do envio da Emenda nº 03 ao PLL nº 204/21 à apreciação das comissões, para parecer. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): As emendas não estão mais destacadas, então, o encaminhamento é global ao projeto e às emendas juntos.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o PLL nº 204/21. (Pausa.) O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação da matéria.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, eu achei que o mal do século seria o coronavírus, mas veio o PT e conseguiu estragar mais o Brasil do que o coronavírus. O líder do PT tem que lavar a boca para falar de minha pessoa com relação à corrupção, porque ele passa pano para um descondenado, ele passa pano para um chefe de quadrilha, alguém que roubou milhões, junto com Dirceu, com Palocci, fez

o mensalão, tudo comprovado, esculpido em Mármore de Carrara, e vem querer falar de mim, que assinei as duas CPIs? Vocês, da esquerda, só têm a CPI porque eu assinei, nem capacidade para isso vocês têm para fazer. Lave da boca para falar de mim, líder do PT! Vocês só têm a CPI da esquerda porque eu assinei, dei a 12ª assinatura e assinei também a do Ver. Cecchim. Ou seja, se tem alguém que quer combater a corrupção neste Parlamento sou eu, e é o partido NOVO! Lave sua boca para falar de mim!

Quanto ao vereador do PSOL, que baixa o nível de uma maneira... Um professor baixar o nível, e olha que é concursado, licenciado, dá aula em cursinho, e baixa o nível falando da sexualidade alheia. Cada um entrega o que tem, não é, Ver. Alex Fraga? Cada um entrega o que tem, e quando o argumento é fraco, é atacar as pessoas. Nós protocolamos uma emenda que derrota o marxismo cultural; as palavras abuso e exploração que o Ver. Giovani Culau, quem sabe deputado um dia, colocou estamos mantendo, o ECA está mantido na emenda, essa é a parte boa da emenda de Vossa Excelência. Agora, vamos voltar ao projeto: “Proíbe a utilização de verbas públicas, no âmbito do Município de Porto Alegre, em convênios, contratos, produções, espaços ou materiais que promovam, de forma direta ou indireta, a sexualização de crianças ou adolescentes”. O projeto quer vedar a utilização de grana pública para espaços ou materiais que promovam a sexualização de crianças. Não há porque tirar, Ver. José, Ver. Gilson, as palavras bem colocadas por S. Exa. Ver.^a Comandante Nádia, S. Exa. Ver. Jessé Sangalli, peço perdão se tem mais algum autor e eu não citei. Não tem por que tirar as palavras nudez, erotização, insinuação sexual, carícia sexual, masturbação, linguagem chula ou de conteúdo sexual ou simulações de sexo. Líder do governo, Ver. Idenir Cecchim, não queremos dinheiro público para teatro para crianças, que tenha nudez, ou para adolescentes, que tenha erotização, carícia sexual. Inclusive, quando o projeto entrou – eu vou relatar os bastidores aqui –, nós estávamos preocupados que ele vedasse a educação sexual e reprodutiva dos adolescentes, mas não, está lá contemplado. Então, por isso, essa é a emenda que a gente tira o marxismo cultural, ou como queiram: volta com o texto, e aí fica a parte boa, repito, da emenda do Ver. Giovani Culau, que coloca o Estatuto da Criança e do Adolescente.

Portanto, encaminho pedindo voto “sim”. Acho que a Ver.^a Mônica Leal foi muito feliz, não tem pai, não tem mãe, o projeto não é nosso, não é meu. Se o vereador tivesse aceitado refazer a emenda, não quis, é do jogo democrático. Refizemos a emenda naquilo que achamos que é positivo por parte do Ver. Giovani, por isso, a estamos oferecendo ao plenário.

E quanto ao PT, líder, primeiro, vocês tratem de prender os corruptos de vocês. Faz o “L”, aí o senhor lava a boca e vem perguntar para mim, eu direi: “Eu dei a CPI para o senhor, eu dei a 12ª, assim como eu assinei para o Ver. Cecchim, porque o NOVO é contra a corrupção”, e, por isso, nós somos contra o PT. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

Vereadora Mari Pimentel (NOVO): Uma questão de ordem, diretor, eu gostaria de informar que a nossa emenda faz referência ao art. 2º, corrigindo a redação do texto. Obrigada.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 204/21.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Colegas vereadores e vereadoras, eu gostaria de pedir, se possível, um pouco da atenção de vocês. De forma bastante serena, Ver. Tiago, Ver.^a Mônica Leal, não lembro que outros vereadores encaminharam aqui, mas para fazer um debate sincero com vocês. A Ver.^a Mônica está correta quando diz que eu sou, Ver. Jonas – quero pedir a tua ajuda... Presidente, assegure meu tempo, por favor!

(Tumulto no plenário.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Está assegurado o seu tempo, Ver. Giovani. Vereadores, está uma vergonha, parece que nós estamos num grêmio estudantil de colégio. Está vergonhoso, principalmente, para quem está de fora, assistindo o que está acontecendo no plenário. Estão aqui a rádio, a televisão. Está vergonhoso para o plenário. Peço ao Ver. Giovani Culau para aguardar um pouquinho. Pessoal, suspenderemos a sessão por um minuto para o pessoal se acalmar, tomar uma água. Estão suspensos os trabalhos.

(Suspendem-se os trabalhos às 16h36min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (16h38min) Estão reabertos os trabalhos. O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para continuar o encaminhamento da votação do PLL nº 204/21.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Muito obrigado, Ver. João Bosco, quero só registrar que eu fui, eu já repeti várias vezes aqui da tribuna, do grêmio estudantil da minha escola. E, no grêmio estudantil da minha escola, eu nunca passei por uma situação como essa, mas eu vou acreditar aqui que eu vou conseguir concluir a minha manifestação. Eu pedia a atenção dos meus colegas, vereadores e vereadoras, porque apesar de, a Ver.^a Mônica está correta, eu ser bastante novo aqui na Câmara, eu me considero, Ver.^a Mônica, um vereador muito dedicado, muito atencioso. E, quando eu e a bancada do PCdoB, Ver. Comassetto, identificamos este projeto de lei em tramitação, nós nos dedicamos a estudá-lo. Ao nos dedicarmos a estudar este projeto, nós identificamos que ele tinha uma lacuna. Ele não tratava de uma situação gravíssima no nosso País, que é a situação de abuso e exploração sexual. E eu, há pouco, aqui desta tribuna, falava dos graves índices apontados pelo IBGE, de como crianças e

adolescentes são vítimas de abuso e exploração sexual. Então, nós produzimos uma emenda que complementa o projeto de lei combatendo não somente a sexualização, mas também esses dois graves crimes. E vejam bem, colegas, vereadores e vereadoras, nós temos candidatos e candidatas ao Conselho Tutelar que nos acompanham no plenário. E, a todo instante, aqui, quando me manifestei na tribuna, me reportei ao ECA. Ver.^a Mônica, Ver. Marcelo, que também se manifestou aqui, por que a todo tempo eu me reportei ao ECA? Porque melhor do que a minha definição, de um jovem vereador desta Casa, melhor do que a definição da Ver.^a Nádia e do Ver. Jessé, eu acredito humildemente que a melhor definição... E vejo que a deputada Laura Sito chega ao plenário, quero cumprimentá-la, deputada. Veja bem, eu acreditei que a melhor definição do que seja sexualização, abuso, exploração seja a definição do ECA, e não a minha, e não a de nenhum outro colega vereador ou vereadora. Eu acho que vocês considerarão que é legítimo que eu tenha divergências com a Ver.^a Nádia, que nós tenhamos divergência entre nós. E o que eu estou propondo, junto com a Ver.^a Biga, que o nosso ponto de consenso seja o Estatuto da Criança e do Adolescente. Não penso estar cometendo aqui nenhum abuso. E veja bem, uma das razões pelas quais eu tenho discordância com o que foi apresentado pela Ver.^a Nádia e pelo Ver. Jessé é que eles tratam da nudez de forma genérica. Se nós tratarmos a nudez de forma genérica, nós podemos daqui a pouco pretendermos aqui a proibir obras como a de Michelangelo na Capela Sistina, no Vaticano. Vejam vocês, na Capela Sistina, no Vaticano, tem nudez. Eu acredito que o que nós precisamos combater é aquilo que diz o ECA. E vejam, não é o Ver. Giovanni falando; é o ECA, que diz o seguinte, considera-se promoção à sexualização, o abuso e a exploração todo tipo de material ou produção que contenha qualquer situação que envolva atividades sexuais explícitas, reais ou simuladas, ou exibição dos órgãos genitais para fins, primordialmente, sexuais, conforme o Estatuto da Criança e do Adolescente. Quando leio isso, não falo eu, fala o Estatuto da Criança e do Adolescente. O Ver. Tiago vem para cá aos berros, aos gritos falar de marxismo cultural, outros espantalhos, ele fala isso porque não sabe falar do Estatuto da Criança e do Adolescente.

Por isso, eu peço o apoio de vocês para a Emenda n° 01, proposta pela Ver.^a Biga e por mim, que falo com o objetivo de contribuir para a qualificação deste projeto, e que a definição do que é exploração sexual, sexualização e abuso não seja definição nem da Ver.^a Nádia, nem do Ver. Jessé, nem do Ver. Giovanni, mas que seja a definição do ECA. Por isso peço apoio não dos vereadores da oposição, mas do conjunto desta Câmara Municipal. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Registro a presença da ex-vereadora, deputada Lauro Sito; seja muito bem-vinda sempre.

O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do PLL n° 204/21.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Meu caro Presidente Hamilton, senhoras e senhores, nossos telespectadores e ouvintes; desde o início eu conversei com o nosso Ver. Jessé e disse a ele que votaria favoravelmente às emendas e ao projeto, e mantenho a ideia. Um abraço a nossa sempre vereadora, deputada Laura Sito. A emenda apresentada pelo Culau, nosso vereador, ela traz tudo, ou praticamente tudo que é necessário com relação à definição do que implica dizer e do que implica ser promoção na sexualização. Está completa a emenda, é boa, é apropriada, traz a definição do ECA e alcança os belos objetivos e bons objetivos do projeto apresentado pelo Ver. Jessé e pela Ver.^a Nádia. Muito bem, voto favorável à Emenda nº 01, à Emenda nº 02, e meu estimado Ver. Tiago, acredito que a única coisa a mais que está ali na Emenda nº 03 é sobre nudez, mas vou votar favoravelmente. Voto a Emenda nº 01, se aprovada a Emenda nº 01, prejudica a Emenda nº 03, vamos votar. Mesmo que o amigo fale na questão do marxismo cultural, na verdade, nada a ver com o assunto, isso aí é uma proposta que traz uma definição do Estatuto da Criança e do Adolescente. Muito bem.

Com relação ao projeto, eu voto favoravelmente, mesmo que se reprovem as emendas, por quê? Porque é algo importante que se vota em Porto Alegre e repito: a minha única dúvida é a expressão contida da nudez; volto a dizer, para mim, o melhor conceito seria o conceito apresentado pelo Ver. Giovanni Culau, que define o que expressa o nosso Estatuto da Criança e do Adolescente. Um abraço e obrigado!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 204/21.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, nosso Presidente Hamilton. Antes de qualquer coisa, quero dizer aqui, Ver. Jonas, que dizer ao nosso Presidente: “Anuncia aí que a Laura Sito, deputada, está aqui.”, não é cabível a um Presidente de uma Câmara. “Por favor, por gentileza”. Ele não é seu empregado. Eu não tenho procuração dele para estar falando isso, mas achei de uma falta de educação do senhor, que é professor, falar assim com o Presidente da Câmara. Aliás, também quero falar no senhor, hoje; o senhor faz pedido de providências com urgência à secretaria municipal, para disponibilidade, ou seja, para compra de cinco aparelhos de telefonia móvel, tipo *smartphone*, para as equipes diretivas de cada escola da rede municipal, de modo que ocorra a instalação do aplicativo de segurança, botão do pânico, em aparelho de uso institucional. Olha só, o que é dicotomia: por um lado, o Ver. Jonas fala que há desperdício do dinheiro público; por outro lado, quer que compre cinco telefones por escola para que se tenha o botão do pânico. Ora, senhores, vão me dizer que ali, as pessoas, os professores, os diretores não têm seu *smartphone*. Enfim, quero dizer aqui que achei que este projeto não ia ter tanto pano para manga, um projeto muito claro de não sexualização da infância, das crianças e dos adolescentes, um projeto que descreve, assim como, não quero aqui que seja um projeto tão bom quanto a [Lei nº 11.340](#), Lei Maria da Penha, que ali, na Maria da Penha, tipifica cada ato, faz pedagogicamente um

ensinamento para que não se tenha dúvida do que é violência doméstica. E o nosso projeto faz a mesma coisa, ele descreve o que é sexualização infantil. Para que isso? Porque a grande maioria das pessoas – algumas leigas, outras que não se informam, outras mais humildes – não sabem o que é a sexualização infantil. E este projeto, de uma forma didática, pedagógica, explícita, fala na linguagem mais comum para que todos, lá do Extremo-Sul à Zona Norte, saibam o que é a sexualização infantil e não permitam que isso aconteça. Por isso, Ver. Giovani, nós não queremos tirar o art. 6º – inclusive, lhe propus para agregar à sua emenda o art. 3º, que é excelente. Parabéns, porque nós não havíamos nos lembrado do abuso e da exploração sexual, mas não podemos deixar de uma forma genérica, sem explicitar o que é a sexualização infantil para que ela não ocorra. Temos que deixar claro para que, em Porto Alegre, nossas crianças e adolescentes sejam cuidados. E vejam, não pode o poder público usar verba pública para nada que traga sexualização infantil, como está descrito aqui: não pode convênio, não pode contrato, não pode chamada pública, não pode prêmio, não pode aquisição de bens e serviços vinculados ao setor cultural que se destinem à sexualização infantil. Mas o que é essa sexualização infantil? Nós explicitamos, no inc. VI, que foi tentado tirá-lo. Quero dizer para os senhores que a Emenda nº 01, do Ver. Giovani, é “não”, porque tem uma parte que não explicita. A Emenda nº 02, do Janta, é “sim”. A Emenda nº 03 traz parte da emenda do Ver. Giovani, e eu propus que ele a reescrevesse, mas ele não quis, aí eu me pergunto: por que não reescrever? O que tem por trás de não reescrever algo que não está esmiuçado para que nós entendamos? Ela foi reescrita e assinada pela Ver.^a Mônica, líder do PP, pelo Ver. Tiago e pela Ver.^a Mari, com a mesma redação. Então eu peço que a Emenda nº 01 seja rejeitada, que as Emendas nºs 02 e 03 sejam aprovadas, bem como o projeto de lei que proíbe a utilização de verbas públicas no âmbito do município de Porto Alegre para qualquer tipo de ação, para qualquer tipo de convênio, para qualquer tipo de coisa que promova, de forma direta ou indireta, a sexualização em crianças e adolescentes. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

Vereador Jonas Reis (PT): Presidente, eu não entendi o que a vereadora tinha a ver a sua fala com meu nome, uma relação aqui horizontal, bilateral, que ela ficou ouvindo. Agora não sei, ela está ouvindo as conversas no plenário, isso não é objeto da discussão. Se atenha à pauta, vereadora. Eu não sou a pauta, esqueça-me, deixe-me trabalhar, esqueça Jonas Reis.

Vereadora Comandante Nádia (PP): Presidente, eu não sei se os senhores e os colegas já notaram que o Ver. Jonas e a oposição têm a mania de vir aqui debater; debata na tribuna, isso aqui é um local de ordem, é para colocar a ordem novamente na Câmara, e eu quero colocar! Aqui não é local de discussão.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Eng.º Comassetto está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 204/21.

VEREADOR ENGº COMASSETTO (PT): Muito obrigado, Sr. Presidente. Presidente Hamilton Sossmeier, eu, o Ver. Ferronato, o Ver. Bosco, a Ver.^a Mônica já pegamos esta Câmara em outros momentos em que nós podíamos discutir conteúdos e podíamos ter divergência dos conteúdos, e cansamos de criar consensos entre oposição e situação – cansamos de criar consensos. Hoje tem um grupelho para quem tudo é ideologizado, qualquer contribuição eles levam para o lado do debate de cunho filosófico-ideológico-extremista. É inconcebível um parlamento poder ver aqui o cenário que nós estamos vendo hoje. Se uma contribuição trazida por um jovem vereador num partido político que tem cem anos de história, e os nossos candidatos e candidatas ao Conselho Tutelar, que aqui estão, têm que dizer para esses vereadores que acham que a terra é plana que o Estatuto da Criança e Adolescente tem 32 anos de vida, e Porto Alegre foi pioneira na implantação do Estatuto da Criança e do Adolescente. O que está dito no Estatuto da Criança e do Adolescente? No Estatuto da Criança e Adolescente está dito exatamente o que o Ver. Giovani Culau propôs trazer como emenda para a lei, que é mais ampla: é vedada qualquer forma de divulgação privada ou particular que promova de forma direta ou indireta a sexualização – que já está no projeto original. O abuso e a exploração sexual, que não estão no projeto original, de crianças ou adolescentes nos atos ou locais referidos nos incisos I a V. Quando nós falamos aqui, Ver.^a Mônica, no abuso, é o que nós estamos vendo todo dia pela postura de réu confesso dos religiosos que fazem um discurso moralista, mas que vão lá e praticam o ato de abuso sexual nas crianças que levam para a catequese. É disso que nós estamos aqui falando. Por que alguns vereadores que têm cunho religioso e querem suprimir esse tema do abuso sexual, por quê? Será que têm medo de fazer esse debate de uma lei que proteja como precisa ser protegida? Então, Ver. Giovani, muitas vezes é muito melhor ter consciência do que está se propondo e ter um voto da intolerância contrário e ser derrotado, do que ter a concordância de quem acredita que, por ser igreja, é santa. E não esqueça que muitos religiosos foram queimados em fogueiras em nome daquilo que nós sempre defendemos numa construção. E para concluir, Sr. Presidente, me permita 30 segundos para concluir, quero dizer que o que está sendo proposto aqui é de um documento que é referência mundial, Estatuto da Criança e do Adolescente. Não me venham aqui fazer falsas acusações, moralismo para tentar desvirtuar o debate. Se não querem a contribuição de algo que já é reconhecido universalmente, expliquem porque querem suprimir o abuso e à exploração sexual do termo dessa lei. Muito obrigado, grande abraço.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do PLL nº 204/21.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, em período de encaminhamento, o projeto que estamos prestes a votar tem uma fachada de proteção às crianças e adolescentes, mas, na verdade, é um projeto que tem,

no seu interior, um grande conteúdo de censura, uma censura moralista e hipócrita. Todas as manifestações artísticas, entre elas exposições, *shows* musicais e apresentações musicais têm definição etária. Eu tenho um filho com 16 anos, ele queria ir num *show* e o anúncio, ao final, falou que era proibido para menores de 18 anos. Ele não vai, não vai, é simples assim. Não há a menor necessidade de colocar uma série de critérios que não estejam especificados pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, com o falso pretexto de proteção. O nosso Estatuto é competente, ele é duro, incisivo e necessário. E é isso que estamos defendendo aqui a partir da aprovação da emenda do Ver. Giovanni Culau. É isso, que sejam respeitados os critérios que estão presentes no Estatuto da Criança e do Adolescente aqui do Brasil. As definições constantes no inciso que a emenda do Ver. Giovanni substituiu são emendas que cerceiam o acesso à cultura. Eu me restringi ao termo “nudez”, porque, para mim, obras de arte que contenham nudez não erotizam crianças, a erotização está na cabeça doentia daquele que acha que o corpo humano é um pecado. É isso. Eu gostaria de trazer, no final da minha fala, para encaminhar em nome da minha bancada – Ver. Pedro Ruas, nosso líder; Ver. Roberto Robaina e Ver.^a Karen Santos –, que, se nós colocássemos essa régua hipócrita – hipócrita! – para balizar o que pode e o que não pode, senhores, teríamos que reformar a Bíblia. Pelo visto, o Ver. Tiago, que se diz pastor luterano, nunca leu o Cântico dos Cânticos, de Salomão, nunca leu. Mas, para alguém que se diz religioso, é uma obrigação conhecer os livros sagrados. Eu sou católico, falo isso porque já li algumas coisas, não sou um especialista, mas trouxe aqui alguns trechos do Cântico dos Cânticos, um livro da Bíblia. No primeiro capítulo, versículo 13, diz: “O meu amado é para mim como um ramallete de mirra, posto entre os meus seios”. No capítulo 4, versículo 5, diz: “Os teus dois seios são como dois filhos gêmeos da gazela, que se apascentam entre os lírios”. No versículo 10: “Que belos são os teus amores, minha irmã, esposa minha! Quanto melhor é o teu amor do que o vinho [melhor é o teu amor do que o vinho, opa!]. E o aroma dos teus unguentos do que o de todas as especiarias”. O que são unguentos de uma mulher? Boa pergunta. O versículo 16: “Levanta-te, vento norte, e vem vento sul, assopra no meu jardim para que destilem os seus aromas. Ah, entre o meu amado no jardim e coma os seus frutos excelentes”. [Ai, que loucura!] No capítulo 5, está escrito, versículo 3: “Já despi a minha roupa, como a tornarei a vestir? Já lavei os meus pés, como os tornarei a sujar? O meu amado pôs a sua mão pela fresta da porta, e as minhas entranhas estremeeceram por amor dele”. Erotização? Um livro proibido? Um livro permitido? Não aceito discurso hipócrita que diga que visa proteger as nossas crianças. O ECA faz isso, é bem claro, e a emenda do vereador garante proteção às nossas crianças e adolescentes. Um grande abraço e boa tarde.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pelos vereadores Mari Pimentel, Comandante Nádia e Jessé Sangalli, a Emenda nº 01 ao PLL nº 204/21. (Pausa.)

Enquanto estamos votando, o pessoal está comentando que eu não citei a deputada Laura Sito, acho que citei, mas, se não citei, faço referência a ela novamente. Seja muito bem-vinda!

REJEITADA a Emenda nº 01 por 13 votos **SIM**; 21 votos **NÃO**..

Em votação a Emenda nº 02 ao PLL nº 204/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Vereador Jessé Sangalli (Cidadania): Sr. Presidente, gostaria de registrar a minha intenção de ter votado “não” à Emenda nº 02 ao PLL nº 204/21.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação a Emenda nº 03 ao PLL nº 204/21. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que a aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADA**.

Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Comandante Nádia, o PLL nº 204/21. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 31 votos **SIM**; 2 votos **NÃO**.

Solicito aos líderes que se aproximem. (Pausa.) Informo que não houve acordo para a instalação da Comissão do Plano Diretor.

Vereadora Mari Pimentel (NOVO) (Requerimento): Sr. Presidente, solicito verificação de quórum.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Antes, reiteramos que não houve acordo dos líderes para que instalássemos a Comissão do Plano Diretor agora.

Solicito abertura do painel eletrônico para verificação de quórum, solicitada pela Ver.^a Mari Pimentel. (Pausa.) (Após o fechamento do painel eletrônico.) Dezesete vereadores presentes. Não há quórum.

(17h15min) Encerrada a Ordem do Dia.

Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0613/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 238/21, de autoria dos Vers. Felipe Camozzato, Alexandre Bobadra, Jessé Sangalli, Mauro Pinheiro e Ramiro Rosário e das Ver.^{as} Comandante Nádia, Fernanda Barth e Mari Pimentel, que revoga a Lei nº 10.036, de 8 de agosto de 2006 – que dispõe sobre a colocação de obras de artes plásticas nas edificações com área adensável igual ou superior a 2.000 m² (dois mil metros quadrados) e dá outras providências. **(SEI 030.00027/2021-13)**

PROC. Nº 1183/21 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 519/21, de autoria da Ver^a Cláudia Araújo, que altera ementa, os arts. 1º, 3º, 4º e o *caput* e os incs. I, II, III e IV do art. 2º, todos na Lei nº 10.986, de 6 de dezembro de 2010, alterada pela Lei nº 12.706, de 1º de abril de 2020, alterando o nome Museu da História e da Cultura do Povo Negro Vereador Tarciso Flecha Negra para Memorial do Legado Africano Vereador Tarciso Flecha Negra. (SEI 161.00180/2021-92)

PROC. Nº 0090/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 044/23, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier, que autoriza o tráfego, nos corredores exclusivos para ônibus do Município de Porto Alegre, de veículos identificados como de transporte de conselheiros tutelares, quando em serviço. (SEI 145.00018/2023-52)

PROC. Nº 0343/23 – PROJETO DE LEI COMPLEMENTAR DO LEGISLATIVO Nº 006/23, de autoria do Ver. Tiago Albrecht, que altera o § 4º do art. 2º e revoga os §§ 1º e 2º da Lei Complementar nº 320, de 2 de maio de 1994 – que dispõe sobre a denominação de logradouros públicos e dá outras providências –, e alterações posteriores, retirando a exigência de observância de percentuais para cada sexo e inserindo itens no rol de crimes pelos quais a condenação penal transitada em julgado é impeditiva para a denominação de logradouros e equipamentos públicos com nomes de pessoas. (SEI 298.00031/2023-40)

PROC. Nº 0367/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 188/23, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que denomina Pedro Nunes dos Santos o logradouro público não cadastrado conhecido como BC Dois – Vila Julia –, localizado no Bairro Belém Novo. (SEI 165.00089/2023-35)

PROC. Nº 0384/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 196/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia do Turismo no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 8 de maio, bem como em toda primeira e segunda semanas do mês de maio de cada ano. (SEI 222.00050/2023-31)

PROC. Nº 0406/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 209/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Lageado no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 1º de outubro e na semana compreendida do dia 28 de setembro a 4 outubro de cada ano. (SEI 222.00059/2023-42) Observação: com Emenda nº 01, do Ver. Alexandre Bobadra.

PROC. Nº 0407/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 210/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Serraria no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 12 de setembro e na semana compreendida do dia 9 a 15 de setembro de cada ano. (SEI 222.00060/2023-77) Observação: com Emenda nº 01, do Ver. Alexandre Bobadra.

PROC. Nº 0414/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 217/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Cidade Baixa no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 7 de dezembro e na semana compreendida do dia 4 a 10 de dezembro de cada ano. (SEI 222.00067/2023-99) Observação: com Emenda nº 01, do Ver. Alexandre Bobadra.

PROC. Nº 0418/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 221/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Independência no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 7 de dezembro e na semana compreendida do dia 4 a 10 de dezembro de cada ano. (SEI 222.00070/2023-11) Observação: com Emenda nº 01, do Ver. Alexandre Bobadra.

PROC. Nº 0423/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 226/23, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Saul Veras Bof. (SEI 025.00040/2023-31)

PROC. Nº 0426/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 228/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Belém Velho no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 24 de dezembro e na semana compreendida do dia 20 a 27 de dezembro de cada ano. (SEI 222.00077/2023-24) Observação: com Emenda nº 01, do Ver. Alexandre Bobadra.

PROC. Nº 0427/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 229/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Vila Jardim no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 7 de dezembro e na semana compreendida do dia 4 a 10 de dezembro de cada ano. (SEI 222.00078/2023-79) Observação: com Emenda nº 01, do Ver. Alexandre Bobadra.

PROC. Nº 0428/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 230/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Santa Tereza

no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 7 de dezembro e na semana compreendida do dia 4 a 10 de dezembro de cada ano. (SEI 222.00079/2023-13) Observação: com Emenda nº 01, do Ver. Alexandre Bobadra.

PROC. Nº 0429/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 231/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Navegantes no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 7 de dezembro e na semana compreendida do dia 4 a 10 de dezembro de cada ano. (SEI 222.00080/2023-48) Observação: com Emenda nº 01, do Ver. Alexandre Bobadra.

PROC. Nº 0430/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 232/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Jardim Sabará no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 29 de outubro e na semana compreendida do dia 26 de outubro a 1º de novembro de cada ano. (SEI 222.00081/2023-92) Observação: com Emenda nº 01, do Ver. Alexandre Bobadra.

PROC. Nº 0441/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 241/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Santa Cecília no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 7 de dezembro e na semana compreendida do dia 4 a 10 de dezembro de cada ano. (SEI 222.00090/2023-83) Observação: com Emenda nº 01, do Ver. Alexandre Bobadra.

PROC. Nº 0443/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 243/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Cascata no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 21 de dezembro e na semana compreendida do dia 18 a 24 de dezembro de cada ano. (SEI 222.00092/2023-72) Observação: com Emenda nº 01, do Ver. Alexandre Bobadra.

PROC. Nº 0458/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 249/23, de autoria da Ver^a Comandante Nádia, que denomina Praça Arquiteto Claudio Ferraro o logradouro cadastrado conhecido como Praça Sete Mil Duzentos e Dez, localizado no Bairro Hípica. (SEI 025.00043/2023-75)

PROC. Nº 0465/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 256/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Nonoai no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e

de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 7 de dezembro e na semana compreendida do dia 1 a 7 de dezembro de cada ano. (SEI 222.00100/2023-81)

PROC. Nº 0466/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 257/23, de autoria do Ver. Alexandre Bobadra, que inclui a efeméride Dia e Semana do Bairro Floresta no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 7 de dezembro e na semana compreendida do dia 1 a 7 de dezembro de cada ano. (SEI 222.00098/2023-40)

PROC. Nº 0483/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 269/23, de autoria do Ver. Mauro Pinheiro, que inclui a efeméride Caminho dos Santuários no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no terceiro sábado de maio. (SEI 039.00043/2023-61)

PROC. Nº 0488/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 273/23, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que inclui a efeméride Dia do Orgulho Nerd no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorado no dia 25 de maio. (SEI 220.00101/2023-27)

PROC. Nº 0489/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 274/23, de autoria do Ver. Jessé Sangalli, que inclui a efeméride Dia dos Jogos de Tabuleiro no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, a ser comemorado no dia 28 de abril. (SEI 220.00102/2023-71)

PROC. Nº 0504/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 287/23, de autoria do Ver. Airto Ferronato, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Luis Alberto Suárez Díaz. (SEI 019.00093/2023-69)

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0874/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 424/22, de autoria da Ver^a Laura Sito, que declara de utilidade pública a Associação Mulheres Ensinando e Semeando. (SEI 216.00129/2022-98)

PROC. Nº 0347/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 176/23, de autoria do Ver. Hamilton Sossmeier, que inclui a leitura de passagens bíblicas nas escolas da Rede Municipal de Ensino como recurso paradidático de leitura complementar para a

disseminação cultural, histórica, geográfica e arqueológica de seu conteúdo. (SEI 145.00055/2023-61)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, em Pauta está a questão do Conselho Tutelar, do tráfego de veículos nos corredores de ônibus, para esses servidores e servidoras que prestam serviço à capital. Eu queria aproveitar para destacar que a nossa cidade hoje, de acordo com a legislação, está deficitária em relação ao número de conselheiros tutelares, ao número de regiões. Nós deveríamos ter pelo menos 14 microrregiões para o Conselho Tutelar, porque diz que é uma microrregião a cada 100 mil habitantes; e hoje nós temos mais de 1,4 milhão de habitantes. Então, o direito da criança e do adolescente não está sendo atendido como deveria, não está sendo resguardado como deveria. Nós precisamos revisar isso. É por isso que eu estou me propondo a essa revisão, porque nós precisamos fortalecer o [Estatuto da Criança e do Adolescente](#), e só se pode fortalecê-lo se, de fato, as estruturas, os órgãos, as entidades, os servidores públicos para tal existam. Por isso é fundamental que a gente reveja isso. Inclusive agora estamos discutindo e teremos um pleito; novas conselheiras, novos conselheiros serão eleitos na capital, e eu quero desejar uma boa campanha a todas e todos. Mas quero dizer que, como professor, defensor da educação, defensor da infância e da juventude, eu não posso estar aqui como vereador e ver que a nossa capital tem menos conselheiros do que tem como direito. Não se trata do direito dos adultos, é o direito das crianças e adolescentes que acaba sendo violado por um Estado que não olha para a legislação, não implementa a legislação. Porto Alegre está atrasada, está num tempo em que havia poucos habitantes. Nós precisamos, imediatamente, e é por isso que eu faço essa solicitação, fazer essa mudança em Porto Alegre. Precisamos de mais conselheiras, mais conselheiros e estruturas nos conselhos. Os conselhos têm que dividir um veículo – vejam a que absurdo chega! As estruturas caindo aos pedaços. Quero pedir ao governo que possa destinar mais recursos, agora, nesse orçamento que vai chegar na Casa, para o Conselho Tutelar. Isso é defender as crianças e os adolescentes.

Quero também aqui destacar a importância de discutir as nossas comunidades. Há uma série de projetos, aqui, reconhecendo os nossos bairros, mas é preciso entender o que são os nossos bairros. Cada bairro tem sua história, mas também tem seus problemas históricos. Se nós não atacarmos os problemas reais, um dos problemas, por exemplo, que está muito forte em toda cidade é a educação. Não é possível que a gente tenha um Plano Nacional de Educação, o Plano Municipal, que pede e obriga a criar mais vagas na educação infantil, e nós não criamos novas escolas. O governo precisa ter esse compromisso, isso é fundamental. Então, quando a gente fala nas comunidades, como é que eu vou querer reconhecer um bairro da cidade se eu não reconheço que há um déficit nas estruturas públicas? Há necessidade de ter mais direitos, e o direito à educação é fundamental – falo como professor. Isso foi uma previsão lá de

1988, a Constituição, a LDB reforçou, o Plano Nacional de Educação botou com mais força ainda, que nós temos metas, estratégias que têm que ser cumpridas, e uma delas é abrir novas escolas. Ontem a secretária falou, na Comissão de Educação, que tem uma meta, até 2026, de até 1.300 – não dá, isso é pouco! Só de 4 e 5 anos de idade, nós temos 6 mil crianças sem escola. Tem que fazer escola já! Tem que construir a possibilidade para essas crianças não ficarem sem o direito à educação infantil, que é a primeira educação, o primeiro processo de escolarização. Eu não posso me calar, ficar aqui e não falar que o direito à infância é violado quando o direito à educação não é alcançado a todas e todos. Então, vamos nos irmanar por mais escolas na capital. Nós temos que construir escolas, esta Câmara tem que destinar recurso para isso, ela tem que bater forte: educação acima de tudo!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): Boa tarde, falarei muito rapidamente sobre a Pauta. Temos aqui o [PLL nº 238/21](#), que recorrentemente... E saúdo aqui a presença do sempre líder, Reginaldo Pujol. É recorrente nesta Casa que surja, nas várias e várias legislaturas, a tentativa de derrubar uma lei, revogar uma lei, que é muito importante para a cultura, para o desenvolvimento das artes plásticas de Porto Alegre e do Rio Grande do Sul. Nós temos a [Lei nº 10.036](#), que ela é copiada Brasil afora, Ver.^a Mônica Leal, que foi inclusive secretária de Estado. E, novamente, nós derrotamos isso recentemente, a tentativa da revogação da Lei, Ver. Oliboni, que assegura que determinadas construções, com um número mínimo de milhares de metros quadrados, tenham uma obra de artes plásticas dentro dessa construção. Novamente vem os autores, algum ou outro autor, dessa vez, pelo que temos de informação, a bancada do NOVO solicita a reinclusão, a rediscussão. Eu queria pedir a quem insiste, a legislatura não mudou, respeite a decisão soberana desta Casa, onde os vereadores já rejeitaram esse tema de revogar a Lei nº 10.036, que é uma lei inteligente, é uma lei de divulgação, é uma lei de incentivo à cultura. Eu fico me perguntando, por que essa insistência, quem será que fica motivando ligando, pedindo para o vereador ressuscitar, reapresentar? Vamos ter mais respeito com a cultura, vamos ter mais respeito com os vereadores, que já rejeitaram a tentativa de revogação dessa importante lei de fomento à cultura. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos acompanha pelas redes da Câmara; subo a esta tribuna para falar de um projeto de lei. Confesso a todos que no NOVO nós não

temos uma obsessão, uma vontade por sair apresentando leis. A gente respeita todo mundo, é um recorte nosso, na verdade, mas, como membro da CCJ e calouro neste Parlamento, iniciei em fevereiro, eu me deparei com algumas burocracias que acabam travando o processo, ou, muitas vezes, nem são observadas aqui dentro da Câmara. Tendo em vista que a grande maioria dos projetos de nomeação de ruas e também de equipamentos públicos não tem trazido o requerido estudo de proporção de sexo, hoje previsto em lei – 30% de um e 70% de outro –, porque justamente você não consegue fazer uma pesquisa. Quantos nomes de rua em Porto Alegre são de homens e quantos são de mulheres? É impossível. Dos projetos que eu tenho relatado e votado na CCJ, nenhum traz. Então, como está lá e não está sendo cumprido, e por justamente achar que é uma função precípua do vereador, Sr. Presidente, junto com a comunidade local escolher o nome, independentemente se é nome de homem ou de mulher, mas sendo uma escolha local – já pensou se o local escolhe o nome de um homem: “Ah, não pode porque não está na cota”, ou um nome de mulher: “Ah, não pode porque já extrapolou os 70%”. Então, a gente está desburocratizando esse processo na Câmara de Vereadores, e estamos descomplicando esse processo de dar nomes. Além disso, nós estamos também colocando uma regra que amplie as vedações, ou seja, que nós não tenhamos como homenageados: condenados, agressores, covardes que batem em mulher. Estamos ampliando as restrições para quem não corramos o risco de em Porto Alegre nós nomearmos ruas que eventualmente as pessoas, às vezes, não tenham tido o devido cuidado. Então, por um lado, flexibilizar para que a comunidade local, para que o vereador... Como já vem acontecendo, repito: os nomes de ruas entram na CCJ sem esse estudo que exige hoje a lei. Então vamos desburocratizar para que o vereador e a comunidade a quem ele representa, independentemente de sexo, idade, etnia, religião ou não religião possam fazer esse protocolo. Peço que os colegas e as colegas possam estudar essa matéria que visa a desburocratização por um lado, Ver. Cassiá, e por outro lado quer restringir a possibilidade de criminosos, de bandidos, de quem bate em mulher e como falei, *etc.*, possam acabar virando nome de rua em Porto Alegre. Então, neste momento de Pauta, peço o apoio dos vereadores, das vereadoras, que possam se debruçar sobre esse projeto e, junto conosco, votar e desburocratizar os processos internos. Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Presidente Hamilton Sossmeier, vereadoras, vereadores, nesta 1ª sessão de Pauta, também vou falar do primeiro projeto, que é uma revogação, de autoria dos vereadores Camozzato, hoje deputado, Alexandre Bobadra, Jessé Sangalli, Mauro Pinheiro, Ramiro Rosário, e das vereadoras Comandante Nádia, Fernanda Barth e Mari Pimentel. Essa revogação da Lei nº 10.036, de 2006, que dispõe sobre a colocação de obras de artes plásticas nas edificações com área adensável

igual ou superior a 2 mil metros quadrados. Recebi agora aqui, até porque na outra oportunidade nós nos manifestamos também contrários a essa revogação, uma explanação, mostrando as obras na cidade, em vários bairros, em vários edifícios, com mais de 2 mil metros quadrados, ou seja, são grandes empreendimentos que embelezam e que trazem a cultura como a tônica de nós termos uma cidade culturalmente apropriada. A cultura é uma questão que tem que se incentivar dia a dia, nas escolas, nas comunidades, porque temos obras bonitas em Porto Alegre, que, às vezes não valorizamos, assim como temos museus, assim como temos prédios históricos, que a gente acaba, muitas vezes, não dando valor. Quero mostrar um exemplo para vocês que há muitas coisas boas para fazer da cultura. Aqui no viaduto Otávio Rocha, que está em reforma, Ver. Claudio, tem uma exposição de quadros, belíssima, de vários artistas, no lado de cá, de quem sobe em direção à Prefeitura, no prédio e automaticamente também no viaduto. Na semana passada, estive na Assembleia, falando como deputado Dr. Thiago, para levar essa exposição também para Assembleia. A primeira informação que tenho é que os técnicos não objetaram nenhum aspecto; claro, tem que passar pela Mesa Diretora. Vai ficar muito bonito também porque, às vezes, não se dá valor às artes. Esse processo, essa exposição está lá na Restinga. Quer dizer, tem que chegar arte lá também para ser valorizada, tem vários tipos de arte. Pujol, tu que conheces aquela Restinga como ninguém, tem especificamente lá essa exposição de arte, de quadros; assim como nós podemos criar várias exposições pela cidade, em vários assuntos importantes da nossa cidade, do nosso Estado, do Brasil. Então não vejo necessidade de revogar uma lei que está dando certo. Qual o interesse em revogar essa lei? Eu nunca fui procurado por um empresário da construção civil em relação a isso. Por que só procuram três, quatro, cinco ou seis? Aqui, nós somos 36, Ver. Jonas, então aqui a maioria vence. Então, eu quero deixar bem claro o meu posicionamento, como já fiz lá atrás, também, junto com a maioria, de que a arte tem que ser incentivada em Porto Alegre constantemente. Nós não queremos tirar aquilo que tem de beleza e de arte em vários prédios grandes da cidade. Obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Claudio Janta está com a palavra para discutir a Pauta.

VEREADOR CLAUDIO JANTA (SD): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste através da TVCâmara, das nossas redes, nas galerias, quero dizer que esse projeto retorna à Câmara de Vereadores. Não pode uma cidade que tem o objetivo de trabalhar para o seu povo, no meu ponto de vista, fechar hospitais, fechar escolas; não pode uma cidade abrir mão de algo que a população precisa, necessita tomar conhecimento. Nós já derrotamos esse projeto, se eu não me engano, duas vezes aqui nesta Casa. Nós permitimos que tirasse a exclusividade de obras de gaúcho e abrimos este projeto para obras de artes. Não podemos abrir mão de a nossa cidade ser uma grande galeria pública de artes, não podemos abrir mão disso. Em dez anos de total implementação da lei já foram colocadas na cidade de Porto Alegre, Sr. Presidente e

vereadores desta Casa, mais de 250 criações artísticas. Nós estamos falando que qualquer empreendimento que construa acima de 2 mil metros quadrados coloque uma obra de arte, permitindo que as pessoas que ali vão frequentar, os seus clientes, consumidores, ou então os seus moradores e as pessoas que passarem na rua e que forem entrar para visitar, pra comprar, seja lá o que forem fazer, possam ter contato com a cultura. Tem coisas que ninguém nos tira: conhecimento ninguém nos tira, e a cultura, conhecer e ver a cultura. Sem falar dos empregos que isso gera, artesões da nossa cidade, artesões até de outras cidades e outros estados que têm o privilégio de verem suas obras expostas na nossa cidade. Se em 10 anos de funcionamento da lei nós já botamos 250 operações de cultura na cidade de Porto Alegre, nós queremos chegar a 500, a mil, queremos dar acesso ao povo, que o povo possa conhecer um pouco de arte, que o povo possa realmente ter acesso à cultura. Então, os vereadores tentam novamente... Como o Cassiá disse, inexplicável o objetivo disso, já que a lei funciona há mais de 10 anos, e, de uma hora para outra, os vereadores na gestão passada, na legislatura passada, alegavam que a lei permitiu um monopólio de artistas de Porto Alegre, o monopólio de artistas gaúchos. Volto a afirmar, isso foi aberto, e é necessário esta Casa discutir. O governo, há pouco tempo, revogou centenas de decretos que falavam em troco, em réis, em pesos, em balanças, coisas que não existem mais. Agora nós estamos falando de uma lei que está em atividade, uma lei que vem para Porto Alegre, uma lei que vem para a nossa cidade, e esta Casa, todas as vezes que chegou algo semelhante a isso, derrotou, porque entendemos que não se pode, volto ao início, abrir mão de cultura, não se pode abrir mão de saúde, não se pode abrir mão de educação e não se pode abrir mão de descentralizar e de dar cultura ao povo da nossa cidade. Então, nós já encaminhamos no início desse debate, todos os oradores que falaram aqui, que antecederam foram contrários a este projeto e, com certeza, teremos algumas discussões nas comissões permanentes desta Casa, sobre esse projeto, e teremos algumas discussões em plenário e em audiência pública.

Novamente, como na legislatura passada, no ano passado, nós fizemos um apelo aos vereadores que retirem esse projeto; tem projetos que são bons, que trazem o desenvolvimento e o crescimento, ainda há pouco nós aprovamos um projeto importantíssimo para a cidade de Porto Alegre, agora este projeto não diz e não representa a nossa cidade, uma cidade que é a capital mundial do Orçamento Participativo; a cidade, se eu não me engano, foi a segunda no Brasil a implementar o conselho tutelar; uma cidade que é referência em cultura, em acolhimento e, principalmente, onde as pessoas podem apreciar e ver as obras de arte da cidade. Obrigado, Sr. Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Márcio Bins Ely está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR MÁRCIO BINS ELY (PDT): Presidente, Hamilton, cumprimentando V. Exa., cumprimento os demais vereadores e vereadoras; público que nos assiste nas Galerias e na TVCâmara; senhoras e senhores, eu venho à tribuna para

falar sobre o teste do pezinho, que foi ontem o seu dia. O teste do pezinho é aquela gotinha que é coletada do pé do neném para detectar várias doenças, como por exemplo a toxoplasmose, o nanismo, entre outras doenças. Eu fiz uma emenda para o Hospital Presidente Vargas de R\$ 400 mil, para implementar o teste do pezinho em Porto Alegre. Então, quero aqui agradecer o Ver. João Bosco Vasco, que, em conjunto comigo, compõe a nossa bancada, em nome da liderança do nosso partido, fazer um destaque para esse trabalho. Eu estive lá visitando o hospital, é um trabalho que atende, na realidade, o Estado inteiro, Ver. Jessé, e a gente fica impressionado com o número de crianças que o teste tem contribuído para detectar essas doenças. Mas eu diria assim, que uma criança que a gente salvar com esse teste, já está valendo a pena o investimento.

E quero também aqui aproveitar, Ver. Pablo, nesse tempo de liderança, e cumprimentar a nossa equipe do xadrez aqui da Casa, Presidente, em especial o nosso servidor Osório, já é o segundo campeonato de xadrez que eu participo, inclusive tem um projeto de lei incluindo a disciplina de xadrez como noções básicas de xadrez para o aprendizado, para a memória. O desenvolvimento do raciocínio é muito importante, o xadrez é um esporte importante. Então eu quero aqui também cumprimentar pelos 250 anos da Câmara, por ocasião, já iniciamos a primeira partida. Eu acho que o teu assessor está jogando conosco lá, Ver. Jessé, e está com uma fama boa, jogou e já ganhou a primeira. É isso aí. Então, quero cumprimentar todos aqueles que, de uma forma ou de outra, também têm colaborado para disseminar o jogo de xadrez na nossa sociedade, em especial para as nossas crianças e adolescentes.

E o nosso destaque também, eu quero aqui dizer que estamos acompanhando, em especial, várias intervenções urbanas. Nós tivemos um atendimento em especial na Zona Sul, ali por conta do DMAE que tem sido muito prestativo na nossa comunidade, e o DMLU também, o gesto do prefeito junto com o presidente Paulo Marques, que compreenderam que ali na esquina da rua General Rondon com a Av. Wenceslau Escobar não cabia um lixão. O lixão que eu digo é uma unidade de descartes de coleta seletiva, uma UDC ali. Então, conseguimos demover aquela ideia inicial de que aquele ponto de descarte que ficava ali na Av. Diário de Notícias, onde hoje está saindo o Golden Lake, que é um investimento da Multiplan, junto ao Barra Shopping e ao Jockey Club, nós tínhamos ali um ponto de descarte que seria realocado para a rua General Rondon, esquina com a Av. Wenceslau Escobar. Não é o caso porque ali nós temos uma área de ocupação intensiva, uma área muito nobre, com comércio consolidado, eu diria assim, do outro lado da rua temos uma Pannel, um Banrisul, temos o Shopping Paseo. Já está ali com um problema viário aquela região, imagina mais nós colocarmos ali um ponto de descarte de sofá, de pneu de carro, armário, todo esse tipo de lixo, fora que estava previsto também ali descarte de óleo de cozinha. Então, não era apropriado. Foi uma grande mobilização da comunidade, dos condomínios, com mais de 500 assinaturas, e o prefeito Sebastião Melo teve a sensibilidade de dizer que não é o caso mesmo. Então, as obras que já tinham sido iniciadas, inclusive com remoção de solo, remoção de árvores, enfim, foram suspensas. Está se planejando uma realocação do espaço e a comunidade está muito satisfeita com esse movimento da não instalação da unidade de coleta seletiva de lixo ali

na Av. Wenceslau com a Rua General Rondon. Ficam as nossas considerações para o nosso período de liderança, na certeza de que estamos trabalhando e caminhando em favor da cidade, em favor das pessoas, em favor da qualidade de vida, por um desenvolvimento urbano organizado. Realmente, existem situações que foram se consolidando, regiões hoje que representam áreas de ocupação intensiva muito próximas a um comércio consolidado, onde não caberia aquele tipo de equipamento. A gente cumprimenta pela sensibilidade dos gestores. Pela atenção, muito obrigado, uma boa tarde a todos, um bom trabalho.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Não havendo mais inscritos para discutir a Pauta, estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h45min.)

* * * * *